Câmara Municipal de Pontal do Paran

Mensagem Nº: 25/07

Processo Nº: 620/07

Ante Projeto: 50/07

Emenda:

PROJETO DE LEI 50 / 2007

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá providências"

Iniciativa do: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Apresentado em 31 / 05 /2007 Obs.:

COMISSÕES TÉCNICAS

		DAT
	1º Relator ARLINDO SERAFIM DO NASCIMENTO	03-07
LEGISLAÇÃO J.R.	2 »	
	1 SERVIÇO DE ASSES. E CONSULTORIA LTDA.	15/0
FINANÇAS O.F.	2 »	
URBANISMO I.M	1	
	2 »	
Educ. C.S.A.T.M.A.	1	
	2 »	

OBS.: EMENDAS MODIFICATIVAS: ARTOS 14 - INC. I ART. 23, ART. 24 E ART. 5º
EMENDA ADITIVA ART. 31
EMENDA SUPRESSIVA ART. 50 DO PROJ. DE LEI

Encaminhada a Sessão pelo Ofício N.º: 268/2007

Em Pauta - 1ª Sessão Dia ___/___/___

Em Discussão e Votação as Emendas em 09/07/07

Em 1ª Discussão e Votação ~~Única~~ EM 09/07/07

Em 2ª Discussão e Votação em 10/07/07

Em Disc. e Votação a Redação Final em 12/07/07

LEI Nº 761 19/07/07
PUBL 228 16a 31

Leis

Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0048 – Ações Especializadas
Meta: Aquisição de ambulâncias
Unidade: veículo – quantidade 1 (um)
Atividade orçamentária: 2.074.000 – Ações com Recursos do FAE
Recursos para 2007: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de julho de 2007.

RUDISNEY GIMENES
PREFEITO
PAULO TADEU POLI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 760, DE 16 DE JULHO DE 2007.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R$ 130.000,00, e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinado a viabilizar a execução de programa de trabalho previsto pelo PPA - 2006/2009 e autorizado pela LDO/2007 para o exercício de 2007;

II – criar, incluir e codificar o elemento de despesa e fontes de recursos especificados tecnicamente pelas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.02 – Fundo Municipal de Saúde
10 – Função: SAÚDE
301 – Subfunção: ATENÇÃO BÁSICA
0041 – Programa: Ações de Atenção Básica à Saúde
2.071.000 – Atividade: Ações com Recursos do PAB
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 65.000,00
Fonte de Recursos 33302 Saúde/PAB/Ações de Saúde – Exercício Anterior
302 – Subfunção: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0048 – Programa: Ações Especializadas
2.074.000 – Atividade: Ações com Recursos do FAE
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 65.000,00
Fonte de Recursos 33310 Recursos do Fundo de Ações Especializadas – FAE – Exercício Anterior

Total do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei R$ 130.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, serão utilizados os recursos do art. 43, § 1°, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 5° e parágrafo único, do Decreto n° 2.400, de 29 de dezembro de 2006, verificado nas seguintes Fontes de Recursos e valores, a seguir especificados:

a) "Saúde/PAB/Ações de Saúde" R$ 65.000,00

b) "Recursos do Fundo de Ações Especializadas – FAE" R$ 65.000,00

Total dos recursos utilizados para abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei R $ 130.000,00

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de julho de 2007.

RUDISNEY GIMENES
PREFEITO
PAULO TADEU POLI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 761, DE 19 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento aos dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2008, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública municipal;

II – as metas e os riscos fiscais;

III – a organização e a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII – as disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com os princípios e determinações específicas da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município

001

PROJETO DE LEI N° 50/2007.

Faço saber que a Câmara Municipal nas sessões dos dias 09 , 10 e 12 de julho de 2007, aprovou a seguinte Lei.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Ficam estabelecidas, em cumprimento aos dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2008, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública municipal;

II – as metas e os riscos fiscais;

III – a organização e a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII – as disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2° Em consonância com os princípios e determinações específicas da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município no que couber, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, em especial, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas e prioridades para o exercício de 2008 são as especificadas no Anexo I, que integra esta Lei.

002

§ 1º As metas e prioridades, constantes do Anexo I, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício de 2008, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º O Poder Executivo identificará, no projeto de lei orçamentária anual, por intermédio de projetos e de atividades, a programação que contemple as prioridades das metas para 2008.

CAPÍTULO III
DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3º As metas, as avaliações, os demonstrativos e os riscos fiscais estão definidos nos Anexos II e III, que integram esta Lei.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para a finalidade da Organização e Estrutura dos Orçamentos, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

003

§ 2º Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com a indicação de suas fontes de recursos.

Art. 5º A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, respeitadas as instruções normativas e as orientações de natureza técnica pertinentes, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I – fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II – projetada, no concernente aos tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

§ 1º Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal, para caracterizar a respectiva lei, será constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados, demonstrativos e anexos da receita e da despesa estabelecidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante das propostas de alterações do Plano Plurianual – PPA, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos, bem como atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 7º Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

004

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29/00;

III – as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinqüenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV – as despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais, proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável, nos termos da Emenda Constitucional nº 25/00;

V – a despesa total do Poder Legislativo será fixada em conformidade com o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal;

VI – as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 53/07 e respeitadas as Leis Federais nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.424, de 24 de dezembro de 1996, não serão inferiores a 60% (sessenta por cento) do total dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Art. 9º A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. Para elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2008, deverão ser observadas as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 11. O projeto de lei orçamentária do Município de Pontal do Paraná para o exercício financeiro de 2008 deve assegurar a transparência, o controle e a responsabilidade para a execução do que for aprovado.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
005

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput* deste artigo, considera-se como:

I – princípio da transparência, o que compreenda, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

II – princípio do controle administrativo, a existência de amplo e fácil controle interno e externo das atividades;

III – princípio da responsabilidade, a observação das normas vigentes e a busca do cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 12. Será estimulada e assegurada aos munícipes de Pontal do Paraná a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta, viabilizada nas audiências públicas e itinerantes promovidas pela Administração municipal.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o respeito aos limites fixados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei a ser incluídas na proposta orçamentária de 2008, podendo, se necessário, incluir programas para ações não relacionadas, desde que financiados com recursos provenientes do excesso da arrecadação própria municipal ou oriundos de outras esferas do Governo.

Art. 14. . Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2008, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, as metas de receita e de despesas, estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 15. Para a elaboração do projeto de lei orçamentária, serão consideradas como unidades orçamentárias as que integram a estrutura administrativa existente.

Art. 16. Desde que fundamentadas em dispositivos legais e pertinentes, poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 17. As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo, que resultem em alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da lei orçamentária.

Art. 18. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com esta Lei;

006

II – indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações de pessoal e seus encargos, serviço da dívida e recursos transferidos por outras esferas de governo.

Art. 19. A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal, elaborada em conformidade com esta Lei, deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal, impreterivelmente, até o dia 31 de agosto de 2007, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008.

Art. 20. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2008 será encaminhada para apreciação e aprovação do Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2007.

Parágrafo único. A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 21. O orçamento municipal compreenderá as receitas e as despesas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das entidades da Administração Indireta e dos Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública, de modo a evidenciar a política e o programa de governo, obedecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, da unidade, da universalidade, do equilíbrio, da exclusividade e da razoabilidade.

Art. 22. Na lei orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Será permitida a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

Art. 23. A lei orçamentária anual incluirá os seguintes demonstrativos:

I – da receita, que obedecerá a legislação pertinente

II – da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV – outros anexos previstos em lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 24. Se o projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2008, não for sancionado/promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2008, a programação constante do projeto

encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório/promulgatório.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal."

Art. 25. Tendo por base o limite determinado pelo artigo 29-A, § 2º, da Constituição Federal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conformidade com Cronograma de Desembolso aprovado.

Art. 26. As despesas com o pagamento de precatórios judiciários, amortização da dívida consolidada, juros e encargos correrão à conta de dotações tecnicamente consignadas para esta finalidade, separando-se, para fins de inclusão no orçamento, as pertencentes ao Poder Executivo daquelas que são da responsabilidade do Poder Legislativo.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias destinadas e aprovadas para precatórios judiciários, amortização da dívida consolidada, juros e encargos não poderão ser canceladas para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

Art. 27. A concessão de auxílios e subvenções sociais às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, dependerá de autorização e aprovação do Poder Legislativo Municipal, através de lei específica.

§ 1° Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

I – declaração de funcionamento regular no último ano;

II – comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;

III – cópia do ato de declaração de utilidade pública municipal;

IV – comprovação de formação da Unidade de Gestão de Transferências Voluntárias – UGT da entidade, conforme Resolução TCE/PR n° 03/06; e

V – demonstração da Certidão Liberatória do TCE/PR.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
008

§ 2° As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, conforme Plano de Trabalho Aprovado.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, observado o contido no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 29, desta Lei, incluirá no projeto de lei orçamentária as devidas alterações a ser processadas por Lei ou Decreto, durante a execução do orçamento, respeitada a tipicidade do procedimento e, quando for o caso, a fixação de limites percentuais em relação ao total da despesa autorizada.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – remanejar, mediante decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais, em decorrência de reestruturações administrativas ocorridas após sua aprovação;

II – transferir, mediante decreto, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para cada programa de trabalho, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais, dentro da mesma unidade orçamentária;

III – transpor, mediante autorização legislativa, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para cada órgão, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais;

IV – incluir, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2008, os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte, especificando o grupo de fontes de recursos – ID de uso "3", conforme o disposto no artigo 43, § 1°, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo por base o que consta da Portaria nº 447, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, e da Instrução Técnica nº 38/2005, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1° Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – remanejamento: modalidade de realocação de recursos em sede intra-organizacional, ou seja, de um órgão para outro nos casos de reestruturações administrativas;

II – reestruturação administrativa: reforma administrativa de que resulte criação, extinção, fusão ou cisão de órgãos na estrutura organizacional do Poder Executivo;

III – transferência: modalidade de realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;

IV – transposição: modalidade de realocação de recursos que ocorre no nível de programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
009

§ 2° O valor adicionado ao orçamento em conformidade com o inciso IV do *caput* deste artigo não será computado para fins dos limites de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo.

Art. 30. Fica o Poder Legislativo autorizado a transferir, mediante ato próprio do Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para seu programa de trabalho, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais.

Art.31 No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse."

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. Respeitadas as prioridades e limites definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando-se a capacidade financeira do Município, serão consignadas na proposta orçamentária dotações destinadas à amortização da dívida pública municipal e ao pagamento dos correspondentes encargos.

Parágrafo único. Na lei orçamentária, no que se refere às responsabilidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo, serão consignados os recursos destinados à amortização do principal da dívida contratual, dos encargos e serviços e para pagamento das despesas decorrentes de parcelamentos efetuados com a Previdência Social – INSS.

Art. 33. O projeto de lei do orçamento anual poderá conter, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 34. A lei orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 35. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal de Finanças, anualmente, até 31 de julho, por meio eletrônico, na forma de Banco de Dados, a relação dos débitos, quando existentes, constantes de precatórios judiciários a ser incluídos na proposta orçamentária anual, conforme determina o artigo 100, § 1°, da Constituição Federal, discriminada por ordem de precedência e por natureza jurídica, especificando ainda:

I – número do processo;

II – número do precatório;

III – data da expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário;

V – valor do precatório a ser pago;

VI – data do trânsito em julgado.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36. As despesas com pessoal e encargos sociais do Município ficam limitadas aos percentuais da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 19/98 e, principalmente, ao que consta dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37. Observado o que dispõe a Constituição Federal e o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão admitidos a instituição, a concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, aprovados por lei municipal específica.

Art. 38. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao preenchimento das vagas existentes no quadro de servidores públicos municipais, inclusive as ocasionadas por demissões, aposentadorias, morte e invalidez permanente.

Parágrafo único. Para cumprimento deste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar, se for o caso, concurso público para a admissão do pessoal necessário.

Art. 39. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipais autorizados a proceder à reposição salarial dos servidores públicos municipais, tendo por base a variação do INPC ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que sejam atendidas as condições previstas pelos artigos 8º e 35 desta Lei e demonstrada a existência de disponibilidade financeira para tanto.

Art. 40. Objetivando evitar a paralisação de serviços essenciais à comunidade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, quando for o caso, à contratação temporária, nos termos do disposto no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, de servidores destinados às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Art. 41. Não se considera como substituição de servidores públicos municipais, para efeito de controle da despesa com pessoal, o contrato de terceirização relativa à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Município;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Município, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42. As receitas próprias municipais terão suas fontes e valores revisados e atualizados, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar sua produtividade e rendimento.

Parágrafo único. Objetivando ajustar, atualizar e melhorar a receita própria municipal, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – revisão dos cadastros fiscais do Município, visando à atualização e à expansão do número de contribuintes;

II – atualização e aprimoramento da legislação tributária municipal;

III – revisão das isenções e de outros benefícios fiscais, visando ao integral respeito, principalmente, aos princípios constitucionais da igualdade, do tratamento isonômico, da justiça fiscal e às determinações da legislação federal complementar;

IV – cobrança dos débitos inscritos ou não em dívida ativa.

Art. 43 As propostas de alterações da legislação tributária deverão ser encaminhadas à Câmara de Vereadores até o final do mês de outubro de 2007.

Art. 44. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária municipal que estejam em tramitação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 45. A lei orçamentária identificará os limites percentuais a ser utilizados em 2008 e conterá a autorização ao Poder Executivo para, por intermédio de Decreto:

I – conceder a aplicação de desconto para o pagamento à vista e em cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano;

II – conceder reduções dos valores correspondentes às multas e aos juros aplicados aos débitos tributários inscritos ou não em dívida ativa.

Parágrafo único. A renúncia do valor apurado em função do *caput* deste artigo não será considerada na previsão da receita de 2008, na respectiva rubrica orçamentária.

Art. 46. O montante previsto para as receitas de operações de crédito, se for o caso, não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto de lei orçamentária.

Art. 47. A modificação da estimativa da receita constante da proposta orçamentária, por parte do Poder Legislativo Municipal, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. O Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, por intermédio de Decreto, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 49. Ocorrendo a necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir o equilíbrio entre receita e despesa, serão fixados separadamente percentuais de limitação para o conjunto de projeto e de atividades, sendo calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo em cada um dos conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º O Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal o montante que deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificativa do ato.

§ 2º O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes, calculados na forma do *caput* deste artigo, que ficarão indisponíveis nas respectivas dotações para fins de empenho e de movimentação financeira.

Art. 50. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 013

Art. 52. A lei orçamentária estabelecerá autorização ao Poder Executivo para, sendo o caso, firmar contratos de gestão, celebrar acordos com as Organizações Não Governamentais e convênios com outras entidades sem fins lucrativos, legalmente instituídas.

Art. 53. Respeitada a finalidade de execução conjunta dos programas de trabalho que beneficiem a população de Pontal do Paraná, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes, no sentido de contribuir, por intermédio de dotações a ser consignadas e classificadas no orçamento anual como "contribuições", "subvenções" e "auxílios", para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 54. É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e de subvenção social para entidades privadas, exceto aquelas, sem fins lucrativos, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e desde que preencham as condições previstas pelo § 1º, do artigo 27, desta Lei.

Art. 55. Fica vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, da concessão de auxílio ou subvenção social às associações, clubes ou sindicatos de servidores.

Art. 56. A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá, preferencialmente, aos critérios estabelecidos pelos programas sociais do Governo Federal que originam os recursos a ser aplicados, e, no caso de recursos próprios do Município, será precedida da comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º Serão consideradas como carentes pessoas cuja renda *per capita* mensal não ultrapasse, na média dos últimos 12 (doze) meses, o valor correspondente a 5 (cinco) UFM – Unidade Fiscal do Município por indivíduo que compõe a família.

§ 2º Independerá de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados por ato do Chefe do Poder Executivo e ratificados pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 57. As aquisições de imóveis serão precedidas de lei específica aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 58. Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2008.

Art. 59. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 13 de Julho de 2007.

Alexandre Guimarães Pereira
Presidente

014

ANEXO
OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL POR PROGRAMAS

FUNÇÃO: 01 – LEGISLATIVA

Objetivos

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções de legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município. Nessa função, para administração e funcionamento da Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, será executado o seguinte o Programa de Trabalho: Programa: 01 – Processo Legislativo.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL compreendendo: Realizar Sessões Legislativas	Sessão	48 Ordinárias Extraordinárias	Anual Cumprir Legislação
Apreciar mensagens do Executivo	Mensagem	Sessão	Anual
Apresentar projetos de lei	Projeto	Sessão	Anual
Editar resoluções legislativas	Resolução	Sessão	Anual
Apreciar projetos de lei: . Plano Plurianual . Lei de Diretrizes Orçamentárias . Orçamento-Programa Anual	Plano LDO Orçamento	Sessão	0 1 1
Julgar as contas do Prefeito Municipal	Prestação contas	Trimestral	3
Avaliar programa trabalho do Executivo	Programa	Anual	12

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 015

Executar Orçamento do Legislativo	Programa/Atividade	Duodécimo	Anual Cumprir Legislação

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 016

FUNÇÃO: 02 – JUDICIÁRIA

Objetivos

Oferecer respaldo jurídico ao Poder Executivo, executado as ações necessárias para a defesa do interesse público, efetuar o ajuizamento da dívida pública, proceder a administração, o controle, o parcelamento e execução fiscal da Divida Ativa Tributária, aplicar os direitos constitucionais, acompanhar os processos de precatórios contra o Município. Aprovar e aplicar as determinações da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis à administração pública, em especial as oriundas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, prestar orientação e assistência jurídica gratuita à população carente. Nesta função, pela administração e funcionamento da Procuradoria Geral do Município (Unidade Orçamentária específica), será executado o seguinte o Programa de Trabalho: Programa 02 – Apoio Administrativo e Manutenção Geral – Programa 04 Processo Judiciário- 13- Defesa do Interesse do Município, 14 Encargos e Precatórios Requisitórios.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
Essencial a Justiça compreendendo: Instruir o Prefeito e demais órgãos nos assuntos de natureza jurídica	Executivo	12 meses	Serviço
Representação do Município perante o Poder Judiciário e demais órgãos	Município	12 meses	Serviço
Elaboração de pareceres jurídicos	Parecer	12 meses	Serviço
Elaboração de projetos de leis e decretos	Processo	12 meses	Serviço
Execução judicial ou extrajudicial da dívida ativa	Execução	Dívida Ativa	Serviço
Atendimento Jurídico gratuito a população carente	População	2.500	Serviço Assistencial Jurídico

017

FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO

Objetivos

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelo Poder Executivo; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante os setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração direta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, financeira, planejamento e de recursos humanos; avaliar e proceder a ajustes nas estruturas de pessoal face às metas estabelecidas neste plano; executar plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; realizar Concurso Público para admissão de pessoal para as áreas de interesse municipal; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa; exercer o controle e a conservação do patrimônio imobiliário e mobiliário pertencente à municipalidade; proceder à desapropriação de imóveis declarados de interesse social; modernizar e operacionalizar o sistema de tributação e fiscalização; e garantir a execução e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Programar o Sistema de Controle Interno, cumprir a agenda de compromissos prevista pela Lei nº 101/2000, da Lei Orgânica Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em atendimento aos determinantes legais e aos anseios da população. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- Programa 05 Supervisão e Coordenação Superior- Programa 06- Gestão Administrativa Superior- Programa 12 Planejamento Municipal- Programa 07 Administração Geral- Programa 123 Administração Financeira- Programa 09 Serviço de Utilidade Pública- Programa Publicidade Oficial e Divulgação de Interesse Público- Programa 09 Serviço de Utilidade Pública- Programa 11 Defesa da População em caso de Calamidade Pública.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL compreendendo: Gerenciamento Bens e Serviços de Uso Comum	Apoio	12 Unidades Governo	12 meses
Gerenciamento Bens e Serviços de Uso da Secretaria	Logística	1 Unidade Governo	12 meses
Treinamento e qualificação dos servidores municipais	Curso	2 cursos	Servidores públicos

Suporte a audiências públicas	População	50	População
Manutenção Sistema de Informação	Sistema	12	Administração
Firmar Convênios	Convênios	2	Parcerias
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Aquisição	Suprir as necessidades de materiais e equipamentos permanentes	Patrimonial/ Operacional
APOIO A JUNTA DO SERVIÇO MILITAR/M. TRABALHO:.Emissão de Carteira de Trabalho	Documentos	300	Carteiras Trabalho
Administração de Processo do Alistamento Militar	Processo	300	Alistamento Militar
SUBFUNÇÃO: 121 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO compreendendo: Coordenação do planejamento orçamentário, LDO e LOA.	Planos	2	Administração
Realização de estudos e projetos para o planejamento integrado do Município	Projeto	1	Estrutural/legalidad e Cumprir Legislação
Capacitação de servidores para desenvolvimento das atividades pertinentes as atribuições da Secretaria.	Servidor	15	Cursos/ Capacitação/ Normas TCE/PR
SUBFUNÇÃO: 131 – COMUNICAÇÃO SOCIAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO compreendendo: Coordenação de atividades de relações públicas e de comunicação	Atividade	12 meses	População divulgação
Cobertura jornalística e divulgação de eventos promovidos pelos departamentos da Prefeitura	Divulgação	12 meses	Publicidade
AÇÕES DE CONTROLE INTERNO Implantação da Unidade Central e Sistema de Controle Interno	Projeto	1	Atendimento Legislação/ Instrução TCE/PR

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 019

Observação e determinação do cumprimento das normas e práticas administrativas vigentes, com emissão periódica de relatórios, conforme determina a legislação.	Práticas	6	Bimestral/ Publicidade
Acompanhamento das ações de todos os órgãos integrantes da estrutura administrativa municipal, diagnosticando problemas e irregularidades informando-as ao Prefeito, para as providências que se fizerem necessárias.	Controle	12 Unidades	Anual/ Eficiência/ Moralidade
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO compreendendo: Dar suporte as audiências públicas municipais LRF	Audiências	4	População/ Legalidade/ Publicidade
Manutenção do Sistema de Informatização	Sistema	12 unidades	Sistema/Eficiência
SUBFUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS compreendendo: Divulgação oficial das execuções orçamentárias e financeiras LRF	Mensal Bimestral Semestral	12 6 2	Mensal Semestral Bimestral Publicidade
Revisão do Código Tributário Municipal	Código	1	Legislação
Reavaliação da Planta Básica de Valores Imobiliários do Município	Projeto	1	Legislação
Manutenção do Sistema de Informatização Financeiro	Serviço	12 meses	Eficiência/ Controle
Controle, registro e prestação de contas de recursos provenientes de transferências voluntárias.	Convênio	50	UGT/ Cumprimento normas TCE/PR
Divulgação oficial das execuções orçamentárias e financeiras	Mensal Bimestral Semestral	12 6 2	Mensal Bimestral Semestral Publicidade
Revisão e atualização das taxas dos	Legislação	1	Revisão tributária

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ PARANÁ 020

serviços prestados pela municipalidade			
Atualização Cadastral, Controle em relação ao ISSQN e Comércio.	Tributação	2.000	Atualização Cadastral
Emissão de alvarás	Alvará	Conforme Solicitação	População
Renovação de licença de funcionamento	Estabelecimentos	Conforme Solicitação	População
Pagamento de juros, amortizações e controle da dívida fundada	Serviço	12	Mensal/ Controle/ Legislação
Contratação de consultoria	Contrato	1	Consultoria Serviços

021

FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivos

Repassar os recursos provenientes da taxa de combate ao incêndio para o FUNREBOM, possibilitando ao Corpo de Bombeiros a modernização de equipamentos e ampliação e construção do Quartel General, além dos materiais necessários à manutenção da corporação; implantar e dotar a guarda municipal de equipamentos e materiais necessários ao serviço de policiamento municipal.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 182 – DEFESA CIVIL			
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO compreendendo: Recebimento e destinação de recursos para manutenção do FUNREBOM, quanto ao material de consumo, conservação, equipamentos e instrumentais.	Repasse	12 parcelas	Manutenção Serviços
Construção de muro delimitando o terreno	m²	170	Patrimonial
Manutenção Quartel visando Operação Verão	Manutenção	Quartel/Sede 1 Quartel/Sede	Patrimonial/ Serviços

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 022

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos

Executar programas sociais de natureza comunitária; atender crianças e adolescentes carentes de 0 a 17 anos, propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade; apoiar no desenvolvimento das ações do Conselho Tutelar respeitando os Direitos da Criança e do Adolescente; realizar cursos profissionalizantes, objetivando a inserção social através da capacitação profissional; atender pessoas carentes devidamente cadastradas; atender pessoas portadoras de necessidades especiais; apoiar técnica e financeiramente, através de convênios, entidades assistenciais sem fins lucrativos devidamente cadastrados, na Secretaria de Ação Social e Relações do Trabalho; Erradicar o Trabalho Infantil no município; Garantir os mínimos sociais às famílias carentes, dando acesso aos mesmos às políticas sociais básicas. Implantação de Planos Municipal de enfrentamento da violência infanto-juvenil e demais planos de atendimento a população carente e em situação de vulnerabilidade social; Assegurar ao idoso direito da cidadania garantindo a plena convivência familiar e sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito a vida. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes os Programas de Trabalho: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 27 Apoio ao Portador de Deficiência- 28 Assistência Social- 29 Atendimento a Criança e ao Adolescente- 16 Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social- 19 Proteção a Criança e ao adolescente- 17 Ações de Enfrentamento a Pobreza- 44 Assistência e Proteção a Comunidade- 45 Ações Assistenciais- 45 Inclusão Social a melhor Idade.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
ADMINISTRAÇÃO DA SECR. MUN. DE AÇÃO SOCIAL E REL. DO TRABALHO compreendendo: Ações a cargo da Administração da Secretaria	Programa	1	12 meses serviços
Aquisição de equipamentos de informática para o trabalho social, nos Programa de Trabalho Aprovado de Convênios.	Equipamentos	10	Patrimonial
Manter e programar o atendimento no Posto do Trabalhador e Banco Social	Atividade	2.000	População/ Serviço/Apoio Assistência

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 023

Desenvolver Ações de Caráter Regional: Censo Social (IBGE – IPARDES- IDH) elaboração Diagnóstico Social	Atividade	5.000	População/Censo /dados estatísticos
Execução pela Secretaria de programas na área do idoso e parceria por meio de convênios com entidades voltadas a terceira idade	Pessoas/entidades	150	Atividades próprias acompanhamento ao idoso
SUBFUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO SOCIAL compreendendo: Execução de Programas nas áreas da família, criança e adolescente e pessoas portadoras de necessidades especiais.	Pessoas	1.000	População
Implantação do Projeto Jovem Aprendiz	Atividade	250	População/ Capacitação profissional
Manter e implantar Cadastro Único do Programa Bolsa Família	Atividade	3.500	População/ Cadastro
Criar programas de Capacitação Profissional com certificação de garantido reconhecimento, objetivando a geração de emprego e renda e inserção social.	Capacitação/ pessoas	1.000	População/ Capacitação profissional
Construção de Albergue de Passagem para carentes	m²	100	Praia de Leste Patrimonial
Implantar Cursos de capacitação artesanal, objetivando a complementação de renda.	Atividade	500	População Artesanato Local
Apoio ao Programa Municipal "Super Sopa"	Pratos	6.000	População Assistencial
Implantação de Programas de Combate a Prostituição e o Trabalho Infantil através de campanhas de conscientizadoras e informativas	Programa	4	1 Assistencial
Implantação de Programas de Operacionalização de medidas sócios educativas em meio aberto, para atendimento a adultos e adolescentes.	Programa	250	5 educativa
Execução de Programas e Projetos na	Atividade	200	População Idosa

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 024

área do idoso.			
Apoio as Ações do Centro de Referência de Ação Social CRAS	Pessoal	5.000	Assistencial
Apoio as Associações Organizadas da Sociedade Civil para atendimento as ações voltadas à população carente	Entidades/ Convênios	10	Assistencial/ Parceria
Manutenção de Programas com Recursos: Federal e Estadual	Programas PETI/FIA/IGD/PAC /PPD	5.000	População/ Capacitação/ Operacional/ Risco e Vulnerabilidade/ Serviços/ Assistência
Programas e projetos de segurança alimentar e nutricional	Horta/Cozinha Comunitária	200	População/ Assistência
Manutenção e aquisição de materiais e utensílios para Casa de Passagem Doce Lar	Material/ Manutenção	150	Manutenção/ Patrimonial
Enfrentamento a pobreza através de cursos de capacitação profissional objetivando a geração de emprego e renda	Curso/Pessoal	600	População/ capacitação
Manter e equipar os "Centros de Inserção e Valorização Social e Capacitação Profissional "	Material/ Cursos	40	5 Unidades Assistencial
Garantir e manter os benefícios eventuais (auxílio funeral, cestas básicas, passagens e outros) preconizados na Lei Orgânica de Assistência Social LOAS.	Programas/ Pessoal	4.000	População/ Assistencial
Capacitação de profissionais na área sociais e conselheiros tutelares	Curso/pessoal	30	5 cursos de capacitação
Projeto e construção para implantação do Centro de Convivência do Idoso	m²	110	Estrutura adequada/ Atenção ao idoso
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR compreendendo: Ações a cargo do Conselho Tutelar	Conselho	5 Conselheiros	Ações Legais e Judiciais
Construção da sede do Conselho Tutelar	m²	50	Patrimonial

025
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

Objetivos

Melhorar e ampliar a oferta de especialidades médicas à população; atender através da distribuição gratuita de medicamentos as necessidades da comunidade e dos que necessitam de tratamentos especiais; dotar os Postos de Saúde de medicamentos e materiais hospitalares; proporcionar ao Laboratório Municipal materiais adequados ao seu funcionamento; disponibilizar materiais odontológicos e de higiene bucal p/ os Postos de Saúde; diminuir a incidência de enfermidades que possam ser detectadas e combatidas através de exames e ações preventivas; melhorar as condições de higiene e limpeza dos estabelecimentos, através de ações de Vigilância Sanitária; ampliar o atendimento médico à população através de convênios c/ estabelecimentos de ensino da área médica (medicina, enfermagem, odontologia); incrementar o PSF – Programa Saúde da Família; implantar o Centro de Atenção Psicosocial, viabilizando os tratamentos desta especialidade; oferecer tratamento fisioterapêutico objetivando diminuir o tempo de recuperação pós-traumática dos pacientes; realizar ações de prevenção e conscientização de doenças físicas e psicosociais. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes os Programas de Trabalho: 122- Administração Geral- 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- - 40 PSF- Programa Saúde da Família- 41 Ações de Atenção Básica á Saúde- 48 Ações Especializadas- 304- Vigilância Sanitária- 42 Controle Sanitário- 43 Controle Epidemiológico- e Controle de Doenças- 541 Preservação Ambiental- 47 Destinação do Lixo Hospitalar- 25 Administração Fundo Municipal de Saúde- 26 Vigilância Sanitária e Epidemiológica- 39 Saúde para a Comunidade- 18 Orientação e Capacitação Profissional.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA			
Administração Geral compreendendo: Aquisição de mobiliário adequado p/ as farmácias dos Postos de Saúde e Centro de Especialidades	Mobiliário	50	Patrimonial/ estrutura adequada Praia de Leste e unidades saúde
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde Operacionalização	Programa/ Atividade	18.158 população 400.000 população	Saúde Pública

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 026

		flutuante JAN/DEZ	
Atenção Básica compreendendo: Aquisição de materiais médicos hospitalares, medicamentos de distribuição gratuita.	Material/Unidades	275.000	Distribuição Medicamentos 07 unidades Saúde
Realização de ações de vigilância sanitária em todo o Município	Ação	12 meses	População prevenção
Aquisição de Material Permanente	Equipamentos	62	Equipar os departamentos
Estabelecer Convênios com entidades para atendimento médico no Município	Convênios	5	Instituições/ ONGs/OCIPs parcerias
Implantar o Centro de atenção Psicosocial	Projeto	800 pessoas	1 Unidade no Jacarandá
Implantação do Centro de Reabilitação e Fisioterapia	Equipamentos/ aparelhos	50	Tratamentos
Firmar Convênios	Programa de Parceria	20	Instituições/ ONGs/OCIPs parcerias
Manter e Operar os Programas-Federal e Estadual - MS/FNS/SESA/FEAS	Manutenção e Material permanente	18.158 população 400.000 população flutuante JAN/DEZ	População Saúde Publica Básica/Media e alta complexidade
Aquisição de equipamentos Manutenção do Programa Saúde da Família PSF	Material Permanente/ Bicicletas	42	Ações das Agentes de Saúde/Operacional
Manter os programas PSF e PACs	Manutenção	5 equipes	Ações/ serviços programa
Adquirir medicamentos p/atendimento do 24 h.	Medicamentos	6.000	Shangri-lá Praia de Leste
SUBFUNÇÃO: 302 – ASSIST. HOSPIT. E AMBULATORIAL			
Mobiliar o Ambulatório	Móveis	30	Mobiliário adequado

027

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

Objetivos

Melhoria na qualidade de Ensino, atendimento a todas as crianças de zero a seis anos de idade (Educação Infantil); diminuição da repetência e evasão escolar; abertura para profissionalização dos educandos em inclusão e Educação Especial; ampliação das unidades escolares, reformas e manutenção da rede física em todas as unidades; construção de novas unidades; aquisição de equipamentos e mobiliário para todas as unidades; aquisição de transporte escolar próprio; capacitação e especialização dos Recursos Humanos – professores e servidores de apoio técnico e administrativo; desenvolvimento de projetos que visem a elevação e aprimoramento do Ensino Público Municipal; implantar o programa de educação integral; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar a merenda escolar; implantar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; aplicar os recursos provenientes do salário educação e de convênios com órgãos federais e estaduais. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 27 Transporte Escolar – 18 Criança na Escola- 19 Alimentação escolar- 17 Educação Especial- 18 Educação de Jovens e Adultos- 30 Manutenção Merenda Escolar- 31 Merenda Escolar das CEIs- 04 Ampliação do Patrimônio- 28 Manutenção e Revitalização da Educação Básica.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 361 – EDUCAÇÃO BASICA			
Apoio Administrativo e Manutenção Geral compreendendo: Alunos atendidos	Aluno	3.000	14 Unidades
Escolas da Educação Básica	Escola	7	Unidades
Centro de Educação Básica -Rural	Escola CEI	25 alunos	1 Unidade
Escolas do Educação Básico-Rural	Escola	1	Unidades
Realização de cursos p/ capacitação	Curso	6	400 Servidores
Operacionalização	Programas	14 Unidades	1 Secretaria
Cursos	Alunos	3.000	Ensino Básico Municipal
Implementação de ações para melhoria das condições de	Cursos	4	Profissionais educação/

aprendizagem dos alunos, através de cursos e palestras.			Capacitação
Aquisição de Bens e Serviços de Uso Comum na Educação	Bens e Serviços	14/1	Escolas /Secretaria Manutenção
Aquisição de Mat. Permanente (móveis) e kit pedagógico p/ as escolas	Material Permanente e Kits	14	Escolas Patrimonial/ Custeio
Manutenção e Conservação Bens Imóveis da Educação	Manutenção	14	Escolas mantidas
Manutenção e Conservação dos Veículos da Educação		8	Patrimonial/ manutenção
Desenvolvimento de atividades extra-curriculares do ensino	Alunos	2.500	Inovação ensino/extra curricular
Alunos atendidos no Ensino básico – 3 a 5 anos	Aluno	450	7 Unidades
Desenvolvimento das atividades de aprendizado do ensino básico infantil	Crianças	350	Alunos
Publicação de Materiais de Interesse da População Assuntos da Educação	Exemplares/mensal	5.000	12 meses/ Publicidade
Realização de cursos p/ capacitação	Curso	6	500 Servidores/ capacitação
Firmar Convênios	Parceria	4	Associação Estudantes/ Apoio e parcerias
Instalação de Play-Ground		6	CEI's/ adequação
Material distribuição gratuita	Distribuição	3.200	Alunos/ 3 períodos
Absorção de estudantes nos laboratórios de informática das escolas municipais	Estrutura Municipal	2.000 alunos	Escolas Municipal/ aperfeiçoamento ensino
Terceirização de serviços especializados na área de educação	Serviços	2.500	Alunos/ 2 turnos Serviços Especializados

ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR compreendendo: Aquisição de veículo (ônibus) p/ transporte de alunos	Veículo	1	Ônibus 46 lugares
Manutenção Transporte Escolar	Alunos/Dia	3.100	Transporte
AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES compreendendo: Ampliações:	m²	500	Patrimonial/ Benvinda/CMEI Estrela/CMEI Golfinho
Construção e ampliação de Unidades Escolares	m²	2.000	Patrimonial/ Escola Ambiental/ Complexo Ezequiel piscina e pista de atletismo
Conclusão de Obras	m²	1.000	Centro capacitação/ escolas/CEIs
-ADMINISTRAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR compreendendo: Manutenção Programa Merenda Escolar	Refeições/dia	3.200	Alunos/ 3 períodos
SUBFUNÇÃO: 365 – ENSINO ESPECIAL			
Administração das Atividades do Ensino Especial compreendendo: Alunos atendidos na Educação Especial	Alunos	100	E.M. Ilha do Saber
Escola Educação Especial Manutenção e revitalização da educação especial de	Escola	1	E.M. Ilha do Saber
SUBFUNÇÃO: 366 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Implantação de espaços alternativos de aprendizagem p/ jovens e adultos	Estrutura Municipal	300 alunos	Escolas Municipais/ Educação 3°

030

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

Objetivos

Promover atividades artísticas e culturais para proporcionar aos munícipes oportunidades de adquirir conhecimento cultural, melhorando a qualidade de vida de todos; gerar renda através do artesanato, apoiando e incentivando a produção e a comercialização, contribuindo para o seu desenvolvimento como atrativo turístico; oferecer aos artistas e população em geral, espaços culturais adequados para as atividades; contribuir na formação das crianças oferecendo atividades culturais como: dança música, literatura, teatro, pintura; preservar a memória cultural através da implantação do Museu Histórico Municipal. Nesta função será executado, pelas Unidades Orçamentárias, o seguinte Programa de Trabalho - Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 20 – Programas Culturais – 22 Atividades Culturais.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA compreendendo: Promover eventos culturais como: Shows, gincanas, Concursos e festivais.	Atividade	10	Eventos
Apoio às atividades artísticas e culturais desenvolvidas no Município	Atividade	10	Apoio
Estabelecer Convênios	Convênios	2	Parcerias

031
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

Objetivos

Planejar e apoiar o ordenamento urbano; conservar e proceder a melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; proceder à análise de projetos arquitetônicos, expedirem alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações; expedir certificados de conclusão de obras; executar os serviços de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais e celulares, pontes e dragagem de rios e córregos; em conjunto com a SANEPAR, apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e a rede de coleta e tratamento de esgoto. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 33 Pavimentação de Vias e Logradouros Públicos- 34 Infra-estrutura de Transportes- 35 Limpeza Pública, Coleta e Remoção de Lixo- 36 Iluminação Pública- 04 Ampliação do Patrimônio Público.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO compreendendo: Organização do programa de desenvolvimento urbano e implantação de normas de urbanismo previstas no Plano Diretor e/ou necessárias ao ordenamento da cidade.	Projeto/Balneários/ Plano Diretor	01/45 Balneários	Desenvolvi Mento e Urbanização/Re gulamentação
Firmar convênios com diferentes esferas para viabilização de planos	Convênios	20	Parcerias
Implantação do sistema de geoprocessamento	Sistema	1	Geoprocessa-mento/ Cadastro
Recadastramento técnico imobiliário	Programa/Balneários/ Bairros	39.500	Recadastra-mento
Firmar convênio com INCRA para cadastro e regularização de áreas.	Convênio	1	Regularização
Expedição de alvarás de construção	Atividade	População	Alvarás
Determinação do cumprimento do	Fiscal	População	Fiscalização

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 032

Código de Postura e do Código de Obras do Município Elaboração assinatura e acompanhamento de projetos padrões implantados pelo Município decorrentes de incentivos de políticas de desenvolvimento social	Atividade	População	Apoio
Expedir alvarás e licenças	Atividade/ serviço	População	Legalidade
Realizar fiscalização em obras	Serviço	Balneários	Serviços Fiscalização
Apoio à ampliação da rede de água	Atividade	Balneários	Serviços Ampliação sistema abastecimento
Apoio implantação da rede de esgoto Firmar Convênios	Atividade Parcerias	Balneários 10	Saneamento Convênios Estado/União ONGs/OCIPs/ Associações
Implantação de Centro de Documentação Técnica	Projeto	1	Cadastro
SUBFUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS			
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação, de recapeamento e de construção de ciclovias.	Projeto/Balneários	40 Balneários	Pavimentação
Elaboração de projeto para remodelação do calçamento com nova pavimentação e ajardinamento.	Projeto/Balneários	38 em 2008	Calçamento Monções, Iracema, Beltrami, Jardim Canadá, Santa Mônica, Recanto do Uirapuru, Praia de Leste, Guarujá, Cond. e Residências, Vila Jacarandá, Lãs Vegas, Miramar I e II, Mirassol, São Carlos I e II.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
033

Projeto de urbanização e paisagismo na Orla (Postos de guarda-vidas, iluminação, banheiros, quiosques, mercados de peixe, arborização, estacionamento).	Projeto/Balneários	10/20	Irapuan, Patrik II, São José, Luciane, Praia Bela, Majoraine, Miami, Ipê, Praia das Canoas, Atlântica, Itapoá, Primavera, Porto Fino, Ipanema I e II, Leblon, Andaraí, Grajaú, Carmery, Sangri-lá, I e II, Chácara Dois Rios, Marisa, Atami, Marines e Pontal do Sul Paisagismo/ Urbanização Praia de Leste Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Grajaú, Shangri-lá, Marines e Pontal do Sul- Marissol, Gleba Guaraguaçu, Jardim Canadá, Santa Mônica, Guarujá, Jacarandá, Ipanema IV (Moitinha), Colônia Pereira, Leblon, Shangrilá I e II, Canoas
Estudo para viabilização de implantação de píer e elaboração de	Projeto	2 – Porto	Píer apoio ao pescador

projeto.			
Elaborações de projeto para instalação de Viveiro Municipal	Projeto	2	Viveiro Municipal p/ distribuição mudas
Elaboração de Projeto para colocação de lixeiras nas principais áreas urbanas	Projeto	500	Lixeiras ao longo do Município
Elaboração de projeto de sinalização viária	Estudo/Balneários	45	Sinalização
Projeto de Identificação de ruas, praças, e logradouros.	Projeto/Balneários	45	Cadastro
Fiscalização da circulação viária, sinalização de trânsito e transporte coletivo urbano	Estudo/Balneários	45	Fiscalização
Desapropriação de áreas para viabilização de planos e projetos	Projeto	20	Desapropriação- Gleba Guaraguaçu, Jardim Canadá, Santa Mônica, Guarujá, Jacarandá, Ipanema I II e III (Moitinha), Colônia Pereira, Leblon, Shangrilá I e II, Grajaú, Pontal do Sul,
Fiscalização urbana	Atividade/Balneários	45	Fiscalização
Elaboração de Projetos de construção e ou ampliação de: Escolas, Cemitérios, Centros comunitários, Sedes para Terceira Idade, Casa de Artesanato, Centro de Eventos e outros.	Projeto/Atividade/ Execução	10 para 2008	Execução Praia de Leste, Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Shangri-lá, I e II, Marines e Pontal do Sul
Manutenção e supervisão das instalações prediais públicas.	Atividade/Balneários	45	Fiscalização/ Acompanhamento/Código Tributário/

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 035

Elaboração de projetos de criação de áreas de recreação e laser, parques e praças	Projeto	10	Posturas Laser Praia de Leste, Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Shangri-lá, I e II, Marines e Pontal do Sul
Execução, Supervisão e acompanhamento de serviços de limpeza de ruas, praças e terrenos baldios.	Atividade	População	Serviços
Execução, Supervisão e acompanhamento de serviços de limpeza de valetas e canais	Atividade	População	Serviços
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE LIMPEZA PÚBLICA compreendendo: Execução dos serviços de coleta de lixo	Serviço/ Balneários	45	Coleta Lixo
Coletar lixo residencial	Atividade	Balneários	Coleta lixo
Coletar e beneficiar lixo que não é lixo	Programa	Balneários	Serviço Reciclagem
Manutenção do aterro sanitário	Atividade/Unidade	1	Manutenção
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA compreendendo: Acompanhamento dos Trabalhos de Instalação de equipamentos de Iluminação Pública	Serviço/Balneários	45	Iluminação Pública
Executar serviço de iluminação pública.	Atividade	Balneários	Iluminação Pública
Execução de serviços de ampliação, conservação, readequação e manutenção da rede de iluminação pública	Atividade/Balneários	45	Readequação Iluminação Pública
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS compreendendo: Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação asfáltica CBUQ e recapeamento	Atividade/Balneários	20	Pavimentação Asfáltica
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação	m^2	2008 - 2.000	Pavimentação Bloquete

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 036

com bloquete (metas globais)			
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação, recapeamento em bica corrida (40 ruas)	m^2	2008 - 10.000	Bica Corrida manutenção/ aplicação
Elaboração de Projeto para Implantação Portal de Entrada no Município	Projeto	1	Portal - Praia de Leste
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos para implantação de ciclovia	Atividade/Balneários	20	Ciclovia/ convênio/ Projeto
Identificação de ruas, praças e logradouros.	Placa	200	Identificação Ruas
Implantação de estacionamento de ônibus de turismo	Estacionamento	1	Estacionamento Turístico Pontal do Sul
Executar a sinalização viária.	Placas de Sinalização	50	Sinalização
Complementação de sede própria para os setores da administração pública	m^2	400	Patrimonial/ estrutura adequada
Execução da urbanização e revitalização da orla.	Km	4 Balneários 4 KM	Urbanização Orla Praia de Leste, Ipanema, Shangri-lá e Jardim Marinês
Construção de ciclovias.	m^2	7.000	Ciclovia Execução Orla / Guaraguaçu
Construção e conservação de viaduto, pontes, pontilhões e passarelas.	Atividade/ Conservação	10	Conservação/ manutenção
Abertura e manutenção de ruas.	Atividade	10	Balneários/ Manutenção instalação Vila São Pedro, Olho D'água, Ponta do Poço, Mangue Seco, Shangri-lá, Itatiaia, Ipanema
Construção de módulos sanitários e fossas sépticas em áreas onde não existe rede de esgoto sanitário	Módulos Sanitários Fossas Sépticas	5 Balneários	Fossas Sépticas Praia de Leste, Atlântica Ipanema, Shangri-lá e Jardim Marines

037

Abertura, readequação e conservação de estradas rurais	Km	2	Abertura/ manutenção
Pavimentação da malha central e periférica	m²	8.000	Pavimentação 10 Balneários
Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos para os serviços de infra-estrutura	Caminhão	1	Patrimonial
	Retro escavadeira	1	
	Roçadeira	1	
Aquisição de veículos leves	Veículos	1	Patrimonial
Conservar praças	Atividade	Balneários	Conservação
Executar dragagem em rios e córregos	Atividade	Balneários	Dragagem/ prevenção
Plantar árvores em logradouros públicos	Mudas	30	Urbanização
Revitalização do calçamento	m²	500	Calçadões Santa Terezinha e Ipanema
Operacionalizar cemitérios municipais	Atividade	2	Operacional

038

FUNÇÃO: 16 – HABITAÇÃO

Objetivos

Estabelecer a Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, definindo os programas e projetos voltados para população carente, aos ocupantes de imóveis públicos e de loteamentos irregulares, propondo a alocação de recursos financeiros, viabilizando a documentação necessária perante os Cartórios de Tabelionatos, Registros de imóveis e demais órgãos, bem como, orientando e acompanhando a execução de projetos de arquitetura, engenharia civil e topográfica. Nesta função será o seguinte o Programa de Trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 32- Acesso Social ao Direito a Moradia Popular.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração Quantidade	Meta
SUB-FUNÇÃO: 482 – HABITAÇÃO URBANA			
Regularização Loteamentos	Loteamentos	05	Regularização Marissol, Guarapari, Mangue Seco, Vila Nova
Regularização de áreas públicas	Quadras	21	Regularização Balneários Shangri-lá (05), Canoas (02), Pontal do Sul (10), Mirassol (04)
Concessão de Uso Especial para fins de moradia	Lotes	15	Regularização para concessão
Desapropriação de áreas para fins de moradia popular	m²	12.500	Desapropriação

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 039

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

Objetivos

Implantar a coleta de lixo reciclável, visando à redução da quantidade de lixo depositada no aterro sanitário e conseqüente proteção dos recursos naturais; intensificar a fiscalização ambiental e coibir agressões ao meio ambiente; implantação de quiosques para informações turísticas e ambientais. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 37 Proteção ao Meio Ambiente.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS NATURAIS compreendendo: Aquisição de trator c/ caçamba, p/ introdução da coleta de lixo seletiva.	Veículo	1	Patrimonial Coleta Lixo seletiva
Instalação de lixeiras.	Lixeiras	50	Lixeiras seletivas
Confecção de placas e painéis institucionais.	Placas e painéis	3	Identificação SMMA Pontal do Sul/Guaraguaçu
Confecção de material p/ divulgação da Educação Ambiental.	Folders	1.500	Informativa
Implantação de quiosques p/ informações turísticas e ambientais.	Quiosque	1	Informativa Rod PR 407
Instalação de Central de Luto.	m²	100 Cemitério Municipal	População/ Estrutura adequada
Instalação de Central de Fiscalização Ambiental.	Projeto	1	Fiscalização ambiental
Confecção de cartilhas institucionais de educação ambiental.	Exemplar	300	Educação ambiental
Confecção de placas institucionais para as	Placa	15	Informação Pontal

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
040

unidades de preservação ecológica, bosques, parques, etc...			do Sul, Guaraguaçu, Praia de Leste, Sta Terezinha, Ipanema
Regularização dos Cemitérios Municipais	Regularização	1	Regularização
Projeto e implantação de Preservação Ambiental na orla Marítima- Áreas de Restinga	Decks, Passeios e áreas degradadas m²	500	Preservação áreas de restinga na orla
Promover programa de extermínio de caracóis gigantes	Programa	20.000	Serviço/ controle

041

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA E PESCA

Objetivos

Dar continuidade e firmar novos Convênios de Cooperação Técnica, para apoio as atividades desenvolvidas pelos agricultores e pescadores, visando aprimorar as ações de extensão rural e desenvolvimento pesqueiro no Município. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: **PROGRAMA:** Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral - 38 Apoio a Produção Vegetal e Animal.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 606 – EXTENSÃO RURAL			
INCENTIVO A AGRICULTURA E PESCA			
Firmar convênio nas diferentes esferas governamentais, e não governamentais, com entidades ligadas a pesquisa, extensão rural e desenvolvimento da pesca.	Convênio	2	ONGs/ OCPs/ Associações
Fomentar o aumento da renda familiar e melhoria da qualidade de vida da população.	Ações	População	Serviços Acompanhamento
Desenvolver projetos voltados ao incremento da produção orgânica e maior agregação de valores aos produtos rurais e à atividade pesqueira.	Projeto	6	Serviços Acompanhamento
Estímulo à instalação de agroindústrias no município.	Projeto	1	Incentivo/apoio

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 042

FUNÇÃO: 22 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivos

Priorizar as ações de desenvolvimento e expansão industrial no Município, visando o incremento na geração de empregos e distribuição de renda, possibilitando aos cidadãos melhorar a qualidade de vida e a participação social e política. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 21 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo- 25 Fomento as Atividades Comerciais.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO compreendendo: Definir área específica para implantação de indústrias no Município	Zoneamento	1	Implantação
Implantação de programas atrativos para instalação de novas indústrias	Programa	1	Programa
Apoio às iniciativas do comércio e a realização de feiras e exposições	Evento	2	Feiras
Realização de diagnóstico do potencial industrial existente no Município	Programa	1	Programa
Estímulo à realização de cursos capacitação profissionalizante e de conferências ou palestras sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento da Indústria e Comércio.	Curso	3	Capacitação
Estudo para implantação de comércio ao longo da orla marítima junto aos órgãos competentes	Estudo	1	Diagnóstico
Implantação de pontos comerciais ao longo da orla através de parcerias público/privada	Implantação	30	Parcerias

043

FUNÇÃO: 23 – TURISMO

Objetivos

Desenvolver atividades turísticas que proporcionem aos munícipes oportunidades de desenvolvimento pessoal e melhoria da qualidade de vida; explorar o eco-turismo de maneira racional e consciente; ampliar o terminal de embarque p/ a Ilha do Mel dotando-o de estrutura adequada p/ atendimento à demanda; buscar a qualidade total na área turística com a organização de eventos que projetem o Município no cenário turístico estadual; orientar a urbanização da orla marítima sob o enfoque do desenvolvimento turístico e comercial da região. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 21 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 695 – TURISMO			
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS			
Confecção de material gráfico Institucional p/ divulgação do Município (Folders, banners e cartazes)	Material	5.000	Divulgação
Organização e apoio a eventos p/ a promoção do Município (Locação de tendas, barracas, sonorização, iluminação e sanitários químicos)	Logística	6	Festival Caranguejo Festival Frutos do Mar Camacho Festa do Pião Festa São José Festa do Trabalhador
Contratação de shows e atrações musicais	Evento	6	Festival Caranguejo Festival Frutos do Mar

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
044

			Camacho Festa do Pião Festa São José Festa do Trabalhador
Construção de Postos de Informações Turísticas	Posto m²	150	Praia de Leste
Captação de Cursos de capacitação de mão-de-obra	Curso	5	Capacitação
Implantar o projeto "Estrada Ecológica do Guaraguaçú"	Atrativo Turístico	1	Projeto Turístico
Promover melhorias e implantar estrutura de acesso e visitação no antigo terminal de embarque p/ a Ilha do Mel	Atrativo Turístico	1	Terminal de Embarque
Desenvolver campanhas de sensibilização junto aos comércios turísticos	Campanha	6	Serviço/ Treinamento
Viabilizar a implantação de sistema de controle de qualidade do produto turístico	Campanha	6	Serviço
Implantar política de incentivo ao turismo no Município	Projeto	6	Incentivo
Firmar Convênios	Convênios	2	Parcerias

045

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

Objetivos

Reformular a política municipal em relação ao esporte e lazer; elaborar o calendário esportivo municipal, participar em eventos esportivos estaduais e regionais; incentivar a prática esportiva; prestar assessoria na realização de eventos esportivos ministrados por terceiros; revitalizar as praças esportivas; aquisição de equipamentos necessários para o pleno funcionamento do departamento. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 23 Manutenção e Incentivo a Pratica Desportiva- 24 Manutenção e Revitalização das Atividades de Lazer.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 812 – Desporto Comunitário			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE compreendendo: Aquisição de material esportivo(uniformes, bolas, redes, troféus)	Material	100	Operacional/realização atividades esportivas
Revitalização e manutenção de praças esportivas e campos de areia	Atividade	1	Revitalização áreas de esporte
Capacitação de funcionários	Pessoal	2	Capacitação
Apoio nas ações culturais esportivas e de turismo	Evento	6	Apoio Jogos/ Eventos
Apoio p/ Federações de Bodyboarding, surf, natação, basquete, beach soccer, artes marciais e outras através de convênios.	Evento/Convênios	5	Convênios/ Parcerias

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 046

FUNÇÃO: 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivos

Promover o pagamento da dívida fundada, honrando os pagamentos de juros e dos encargos referentes, procurando sempre atingir os resultados previstos para pagamento das operações especiais. Programas 03 Amortização de Encargos da Divida Fundada Interna- 15 Indenizações e Restituições.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 846 – Outros Encargos Especiais			
JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA compreendendo: Pagamentos de juros, amortizações e controle da dívida fundada.	Serviço	1	Cumprimento legal
Restituições	Restituições	1	Atendimento a notificações

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
047

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II - METAS FISCAIS

Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 1º da LC 101/00** — **R$ 1.000,00**

DISCRIMINAÇÃO	METAS ANUAIS					
	2008		2009		2010	
	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
RECEITA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
RECEITAS PRIMÁRIAS	27.602,50	25.207,76	30.224,74	25.208,29	33.096,09	25.208,38
DESPESA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
DESPESAS PRIMÁRIAS	27.160,50	24.804,11	29.740,75	24.804,63	32.566,12	24.804,72
RESULTADO PRIMÁRIO	442,00	403,65	483,99	403,66	529,97	403,66
RESULTADO NOMINAL	(4.200,00)	(3.835,62)	(4.599,00)	(3.835,70)	(5.035,91)	(3.835,71)
DÍV. PÚBL. CONSOLIDADA	4.664,70	4.260,00	5.107,85	4.260,09	5.593,09	4.260,11
DÍV. CONSOL. LÍQUIDA	(6.632,15)	(6.056,76)	(7.262,21)	(6.056,89)	(7.952,12)	(6.056,91)

CENÁRIO MACROECONÔMICO	2008	(*)2009	(*)2010
INFLAÇÃO (variação)	4,50%	4,50%	4,50%
PIB (crescimento)	5,00%	5,00%	5,00%
TOTAL	**9,50%**	**9,50%**	**9,50%**

Fonte: PLDO/2008 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(*) Estimado

Os valores representados na coluna CORRENTE, estão projetados prevendo-se o panorama demonstrado no quadro acima.
Os valores representados na coluna CONSTANTE, estão deflacionados em 9,50 / 9,50 e 9,50% respectivamente.

Exercício de 2008 = 28.360,50 / 1,095
Exercício de 2009 = 31.054,75 / 1,1990 (1,095 X 1,095)
Exercício de 2010 = 34.004,95 / 1,3129 (1,095 X 1,095 X 1,095)

As metas de receita total consideram as Deduções p/ Formação do FUNDEB
As metas de despesa total consideram a Reserva de Contingência
O resultado primário é representado pela relação RECEITA PRIMÁRIA - DESPESA PRIMÁRIA
O resultado nominal corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida de um exercício - saldo da dívida fiscal líquida do exercício anterior.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
048

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Exercício 2007 / LDO 2008 **Art. 4º, § 2º, I da LC 101/00** **R$ 1.000,00**

DISCRIMINAÇÃO	METAS PREVISTAS	METAS REALIZADAS	VARIAÇÃO	
	2006	2006	VALOR	%
RECEITA TOTAL	23.997,82	27.250,82	3.253,01	113,56
RECEITA PRIMÁRIA	23.742,67	26.611,26	2.868,59	112,08
DESPESA TOTAL	23.251,62	23.190,72	(60,89)	99,74
DESPESA PRIMÁRIA	22.550,12	22.276,13	(273,98)	98,79
RESULTADO PRIMÁRIO	1.192,55	4.335,12	3.142,57	363,52
RESULTADO NOMINAL	(468,14)	(3.840,01)	(3.371,87)	820,28
DÍV.PÚBL. CONSOLIDADA	6.283,05	5.126,54	(1.156,51)	81,59
DÍV. CONS. LÍQUIDA	4.162,71	(5.597,74)	(9.760,46)	(134,47)

Fonte: Sistema Cetil de Informática

Comentários:

RECEITA TOTAL : Superou a meta prevista apresentando incremento substancial nas receitas patrimoniais e transferências correntes, apesar de não atingir o fixado em termos de receita tributária, fruto da inadimplência dos contribuintes e da baixa arrecadação de taxas municipais.

DESPESA TOTAL: O item apresentou economia e consequentemente superávit orçamentário no encerramento do exercício.

RESULTADO PRIMÁRIO: Apresentou excelente resultado, com capacidade para o pagamento de Restos a Pagar e demais dívidas inscritas.

RESULTADO NOMINAL: O resultado apresentado reflete o aumento do Ativo Disponível e a diminuição dos Passivos reconhecidos.

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA: Houve redução em relação as metas fixadas para 2006.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA: Obtem-se através do montante da Dív. Públ. Consolidada menos o Ativo Disponível, Haveres Financeiros e Restos a Pagar Processados.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
649

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2 - COMPARATIVO DAS METAS FISCAIS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Exercício 2007 / LDO 2008 Art. 4º, § 2º, II da LC 101/00 R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO		
	2004	2005	2006
RECEITA TOTAL	19.737,00	23.746,43	23.997,82
RECEITA PRIMÁRIA	19.737,00	23.088,28	23.742,67
DESPESA TOTAL	17.896,00	20.003,51	23.251,62
DESPESA PRIMÁRIA	17.302,00	18.897,88	22.550,12
RESULTADO PRIMÁRIO	2.435,00	4.190,40	1.192,55
RESULTADO NOMINAL	(2.011,00)	(409,62)	(468,14)
DÍV. PÚBL. CONSOLIDADA	5.241,00	5.650,74	6.283,05
DÍV. CONS. LÍQUIDA	3.279,00	5.058,88	4.162,71

Fonte: Sistema Cetil de Informática

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.1 - META FISCAL DA RECEITA

Exercício 2007 / LDO 2008 Art. 4º, § 2º, II da LC 101/00 R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO		
	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES	29.796,08	32.626,71	35.726,25
Receita Tributária	11.026,65	12.074,18	13.221,23
Receita de Contribuições	1.438,34	1.574,98	1.724,60
Receita Patrimonial	758,00	830,01	908,86
Receita de Serviços	142,35	155,87	170,68
Transferências Correntes	14.481,65	15.857,40	17.363,85
Outras Rec. Correntes	1.949,10	2.134,26	2.337,02
RECEITAS DE CAPITAL	400,00	438,00	479,61
TOTAL	30.196,08	33.064,71	36.205,86

Os totais previstos não consideram as Deduções p/ Formação do FUNDEB

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
050

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

RECEITA TRIBUTÁRIA R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	7.300,02	-
2005	8.338,98	14,23
2006	11.285,33	35,33
2007(*)	10.070,00	-12,07
2008(*)	12.074,18	19,90
2009(*)	13.221,23	9,50
2010(*)	14.477,25	9,50

(*) Valores Estimados

A busca de arrecadação continuará seguindo uma política de fiscalização e austeridade que vise sempre o incremento de valores sobretudo entre as taxas municipais.

O término de atividades da empresa TECHINT, reflete em queda significativa do ISS no exercício corente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	4.338,46	-
2005	6.172,75	42,28
2006	6.822,55	10,53
2007(*)	7.536,94	10,47
2008(*)	8.252,95	9,50
2009(*)	9.036,98	9,50
2010(*)	9.895,49	9,50

(*) Valores Estimados

A expectativa de arrecadação dessa receita tem se mantido crescente ao longo dos anos, de maneira geral essa evolução tem se mantido positiva em virtude das medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, adotadas pelo Governo Federal.

O crescimento vegetativo da população de Pontal do Paraná deverá manter-se em níveis superiores a 10%. Uma boa expectativa é o censo populacional do IBGE que está ocorrendo e virá a fixar novos paramêtros de participação para o Município a partir de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	506,10	-
2005	504,89	-0,02
2006	795,36	57,53
2007(*)	753,34	-9,47
2008(*)	824,91	9,50
2009(*)	903,27	9,50
2010(*)	989,08	9,50

(*) Valores Estimados

Para 2008 projeta-se um crescimento em torno de 10%, que tende a sofrer acréscimo em virtude do novo censo demográfico do IBGE.

Novos cálculos deverão ser efetuados na elaboração da LOA 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
051

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO ICMS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	763,41	-
2005	853,26	11,77
2006	914,58	7,19
2007(*)	925,75	1,22
2008(*)	1.013,70	9,50
2009(*)	1.110,00	9,50
2010(*)	1.215,45	9,50

(*) Valores Estimados

Analisando-se o histórico de arrecadação de tal receita, verificamos o crescimento anual deste item sempre acima dos índices inflacionários, o que retrata bem o incremento de arrecadação por parte do Governo Estadual, apesar das isenções concedidas.

O comportamento da receita deve apresentar crescimento constante, resultando em bons índices de transferências de recursos para o município. A fiscalização municipal deverá efetuar um trabalho de conferência das declarações físico-contábeis junto aos escritórios de contabilidade locais, no intuito de verificar as documentações e coibir a evasão de receita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	18,92	-
2005	26,08	37,84
2006	29,42	12,81
2007(*)	29,65	0,07
2008(*)	32,47	9,50
2009(*)	35,55	9,50
2010(*)	38,93	9,50

(*) Valores Estimados

As transferências em 2005 apresentaram uma significante elevação de valores, a previsão para o corrente exercício estima a receita em níveis bem mais modestos. Acredita-se que a tendência, a partir de 2008, seja de equilíbrio em relação aos índices inflacionários previstos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

ICMS DESONERAÇÃO LC Nº 87/96 R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	32,74	-
2005	30,38	-0,77
2006	18,93	-60,49
2007(*)	21,64	14,32
2008(*)	22,61	4,50
2009(*)	23,63	4,50
2010(*)	24,69	4,50

(*) Valores Estimados

Observamos a crescente diminuição de repasse dos valores, a tendência é que se mantenha em níveis abaixo das metas inflacionárias no decorrer dos anos, é muito provável que não tenhamos a arrecadação estimada em 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
052

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO IPVA R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	98,51	-
2005	139,68	41,79
2006	176,03	26,02
2007(*)	162,22	-8,51
2008(*)	177,63	9,50
2009(*)	194,50	9,50
2010(*)	212,98	9,50

(*) Valores Estimados

A transferência de veículos para o município é responsável pela significativa arrecadação verificada em 2005 e 2006.

Tal transferência deve se estabilizar no decorrer dos anos, de acordo com a expectativa de variação da inflação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	1.748,36	-
2005	1.844,32	5,48
2006	2.069,53	12,21
2007(*)	2.211,00	6,83
2008(*)	2.504,13	13,26
2009(*)	2.754,54	10,00
2010(*)	3.030,00	10,00

(*) Valores Estimados

Conforme estimativas da Secretaria Municipal de Educação, o crescimento anual de matrículas deve variar em 10%, com expectativas de expansão nos anos seguintes.

Devemos salientar que a alteração do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental para o Fundo de Valorização do Ensino Básico - FUNDEB possibilitará um maior valor de repasse para o Ensino Municipal e definir novas diretrizes para a educação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
053

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.2 - META FISCAL DA DESPESA

Exercício 2007 / LDO 2008 — Art. 4º, § 2º, da LC 101/00

R$ 1.000,00

PROGRAMA	2008	2009	2010
0001-Processo Legislativo	521,22	570,74	624,96
0002-Apoio Adm. e Manut. Geral	11.017,27	12.062,41	13.209,69
0003-Amort. e Encargos da Dívida	1.200,00	1.314,00	1.438,83
0004-Ampliação do Patrim. Público	328,50	359,71	393,88
0005-Supervisão e Coord. Superior	175,20	191,84	210,07
0008-Publ.Of.e Divulg.Inter.Público	244,40	267,62	293,05
0009-Serv.de Utilidade Pública	298,28	326,61	357,64
0010-PASEP	215,17	235,61	257,99
0011-Def.da Popul.em Calamidades	21,90	23,98	26,26
0012-Planejamento Municipal	101,84	111,51	122,10
0013-Def.dos Interes. do Município	198,20	217,02	237,64
0014-Encargos com Precatórios	219,00	239,81	262,59
0015-Indeniz. e Restituições	54,75	59,95	65,65
0016-Atend. Cças e Adolescentes	65,70	71,94	78,78
0017-Ações de Enfrent.a Pobreza	87,60	95,92	105,03
0018-Orient.e Capacit.Profissional	43,80	47,96	52,52
0019-Prot.e Assist.Cça e Adoles.	302,11	330,81	362,24
0020-Prot.as Pessoas c/ Nec.Espec.	12,15	13,31	14,57
0021-Apoio ao Desenv. do Turismo	123,74	135,49	148,36
0022-Atividades Culturais	47,09	51,56	56,46
0023-Man.e Incent.a Prat.Esportiva	87,60	95,92	105,03
0024-Man.e Revit.das Ativ.de Lazer	21,90	23,98	26,26
0025-Fomento as Ativ. Comerciais	21,90	23,98	26,26
0027-Transporte Escolar	137,75	150,83	165,16
0028-Man.e Revit.do Ens.Fundament	3.148,07	3.447,14	3.774,62
0029-Man.e Revit.da Educ.Infantil	1.184,13	1.296,62	1.419,80
0030-Man.e Revit.da Merenda-CEI's	3,80	4,16	4,56
0031-Man.e Revit.Merenda-Escolas	83,00	90,89	99,52
0032-Acesso a Moradia Popular	114,98	125,90	137,86
0033-Pavim.de Vias e Logradouros	539,51	590,76	646,88
0034-Infra-estrutura de Transportes	87,71	96,04	105,17
0035-Limp.Públ. e Coleta de Lixo	1.294,29	1.417,25	1.551,89
0036-Iluminação Pública	1.479,51	1.620,06	1.773,97
0037-Proteção ao Meio Ambiente	97,19	106,43	116,54
0038-Apoio a Prod. Vegetal e Animal	30,66	33,57	36,76
0039-Saúde p/ a Comunidade	3.259,49	3.569,14	3.908,21
0040-PSF-Prog.Saúde da Família	551,40	603,78	661,14
0041-Ações de Att.Bás.a Saúde	260,61	285,37	312,48
0042-Controle Sanitário	82,49	90,32	98,90
0043-Ctrl Epidemio-Ctrl de Doenças	40,38	44,22	48,42
0047-Destinação do Lixo Hospitalar	120,45	131,89	144,42
0048-Ações Especializadas	135,78	148,68	162,80
0099-Reserva de Contingência	300,00	330,00	360,00
TOTAL	**28.360,50**	**31.054,75**	**34.004,95**

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
054

*** MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS**

PREFEITURA MUNICIPAL **R$ 1.000,00**

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESC. %
2003(*)	11.702,50	-
2004(*)	18.242,31	55,88
2005(*)	20.003,51	9,65
2006(*)	23.190,72	15,93
2007(**)	25.900,00	11,68
2008(**)	28.360,50	9,50
2009(**)	31.054,75	9,50
2010(**)	34.004,95	9,50

(*) Realizada
(**) Estimada

A evolução das despesas, com base no princípio do equilíbrio, deve obedecer o fluxo de caixa, sendo capaz de produzir economia orçamentária e resultado primário positivo.
A reserva de contingência foi projetada com um acréscimo médio de 10% em relação ao crescimento das despesas que gira em torno de 9,50%, justamente p/ produção de superávit p/ pagamento dos encargos da dívida e possíveis passivos contingenciais.
As metas de despesas guardam equilíbrio com as receitas projetadas para os exercícios em evidência, de forma a preservar o equilíbrio financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
055

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.3 - META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 2º, item II da LC 101/00**

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
1.SALDO DÍVIDA CONSOLIDADA	4.664,70	5.107,85	5.593,09
(-) Disponibilidade Financeira	11.296,85	12.370,06	13.491,28
(=) Saldo Dív. Consolidada Líquida	(6.632,15)	(7.262,21)	(7.952,19)
2.RESULTADO NOMINAL	(4.200,00)	(4.599,00)	(5.035,91)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.4 - META FISCAL DO MONTANTE DA DIVIDA

Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 2º, item II da LC 101/00**

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
BANESTADO/ PR. URBANO Nº 2277	-	-	-
BANESTADO/ PR. URBANO Nº 2386/99	-	-	-
INSS MP 2129-8/DEBCAD 35.378.118-5	2.900,00	3.175,50	3.477,17
INSS nº 60.288.789-5 PARC. CONVENC.	990,70	1.084,82	1.187,87
PARC. COPEL cfe. Lei Mun. 435/03	774,00	847,53	928,05
TOTAL	4.664,70	5.107,85	5.593,09

Fonte: Sistema Cetil de Informática

As metas fiscais do montante da dívida fundada devem considerar o limite de endividamento autorizado na LDO, que não deve ultrapassar 120% da Receita Corrente Líquida, além do estoque da dívida projetada, os novos financiamentos e as amortizações programadas até 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
056

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.3 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2007 / LDO 2008 **Art. 4º, § 2º, III da LC 101/00**

R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL	2004	2005	2006	%
Patrimônio/Capital	33.084,74	43.074,50	66.176,31	53,63
Reservas	2.663,24	4.863,92	51.640,93	1.061,71
Resultado Acumulado	-	-	-	-
TOTAL	35.747,98	47.938,42	117.817,24	245,77

Fonte: Sistema Cetil de Informática

Patrimônio/Capital: Valores Nominais do Patrimônio/Capital dos Órgãos da Adm. Direta.

Reservas: Parcelas do P.L. que não constituam aumento do P.L./Capital ou que se originem de acréscimos de valores de elementos do Ativo.

Resultado Acumulado: Saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos) líquidos das apropriações p/ reservas de lucros e dos dividendos distribuídos.

O Quadro demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos foi suprimido, em virtude da não realização de tais operações nos exercícios evidenciados por esse anexo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.4 - DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Exercício 2007 / LDO 2008 **Art. 4º, § 2º, V da LC 101/00**

R$ 1.000,00

EVENTOS	2007	2008	EXPANSÃO
1. Despesas Obrig. Caráter Cont.-DOCC	11.934,89	13.725,12	15,00%
2. Receita Corrente Líquida	25.900,00	28.360,50	9,50%
3. Impacto das DOCC na RCL (1/2)	46,62%	48,49%	4,01%
4. Aumento de Receita Corrente	26.877,10	29.796,08	10,86%
5. Aumento de Despesa	25.628,80	28.060,50	9,50%

A expansão das DOCC decorrerá da revisão geral da remuneração dos servidores, prevista no Art. 37 X da Constituição federal, portanto não sujeita à compensação.
As DOCC representam as despesas de pessoal e encargos sociais da Prefeitura fixadas p/ 2007 e 2008.

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Não foram apresentadas ações relativas a estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme informações da Secretaria Municipal de Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
054

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO III - RISCOS FISCAIS	
Exercício 2007 / LDO 2008	Art. 4º, § 3º, da LC 101/00

RISCOS FISCAIS	VALOR PREVISTO	PROVIDÊNCIAS
Pagamentos de precatórios trabalhistas ñ previstos na LOA	80.000,00	Abertura de Créd. Adicional a partir da Reserva de Contingência
Frustração na expectativa de arrecadação de tributos	700.000,00	Contenção orçamentária p/ adequação da despesa
Frustração na cobrança da dívida ativa municipal	300.000,00	Realização de execução fiscal e leilões de imóveis
Intempéries, epidemias e campanhas de saúde não previstas	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência
Fatos não previstos em execução de obras e serviços	100.000,00	Abertura de Créd. Adicional c/ cancelamento de outras dotações
Despesas não orçadas ou orçadas a menor na peça orçamentária	100.000,00	Abertura de Créd. Adicional c/ cancelamento de outras dotações
TOTAL	**1.480.000,00**	

Constituem-se em riscos fiscais: situações de emergência ocasionadas por calamidade pública, frustração de arrecadação de uma receita prevista, contestação judicial de tributo, crise cambial e financeira com impacto nos preços, falhas de planejamento na quantificação de necessidades.
Dentro dessas características devemos mensurar também os processos de ação trabalhista, indenizatórias, de desapropriação, expectativas de despesa por alteração da legislação vigente, extinção de tributos, entre outros.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 058

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO IV - RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXEC. E DESPESAS C/ CONSERV. DO PATRIM. PÚBL. EM 2007

Exercício 2007 / LDO 2008	Art. 45 da LC 101/00	R$ 1.000,00

PROJETOS/ATIVIDADES	INÍCIO	VALOR	EXECUÇÃO %		RECURSOS P/ 2008	ADITIVO DE
			ATÉ 2006	PREVISTO 2007	NOVOS PROJETOS	CONTRATO
Reforma e Ampliação do CEI Água Viva	2/1/2006	139,12	98,88	1,12	-	-
Reforma da Escola Benvinda Lopes de Miranda	3/1/2006	55,39	99,38	0,62	-	-
Reforma da Escola Amatuzzi de Pinho	4/1/2006	42,98	100,00	0	-	-
Reforma da Escola Josefa Crisanto	6/1/2006	19,99	100,00	0	-	-
Construção de Muro no CEI em Pontal do Sul	20/7/2006	47,40	98,90	1,10	-	-
Construção de Muro no CEI em Pontal do Sul	26/7/2006	36,83	95,50	4,5	-	-
Constr. do Centro de Atend. a Cça e Adolescente	31/7/2006	30,00	83,90	16,10	-	-
Regularização e Reforma de Vias Pavimentadas	16/8/2006	14,48	100,00	0,00	-	-
Ampliação da Escola Especial Ilha do Saber	29/8/2006	144,74	37,54	62,46	-	-
Reforma de Cobertura e Constr. de Calçadas	20/9/2006	22,28	95,09	4,91	-	-
Construção do Muro da Escola Primavera	25/9/2006	68,40	98,70	1,30	-	-
Ref. do Barracão nos Fdos da Esc. Expressão	4/10/2006	97,20	66,14	33,86	-	-
Construção do Centro de Capacitação de Professores	23/10/2006	147,87	57,38	42,62	-	-
Reforma da Ala Antiga da UBS de Shangri-lá	13/11/2006	138,92	13,85	86,15	-	-
Construção de Pista de Skate em Ipanema	14/11/2006	14,70	0,00	100,00	-	-
Pavimentação em Asfalto no Bairro Mangue Seco	15/12/2006	141,90	0,00	100,00	-	-
Reparos no Pavimento da Entrada dos Bombeiros	21/12/2006	26,40	0,00	100,00	-	-
Constr. de Barracão da Sede do Poder Executivo	21/12/2006	142,71	0,00	100,00	-	-
Construção da Unid. de Saúde do Guaraguaçu	22/12/2006	102,42	0,00	100,00	-	-
Construção dos Postos Salva Vidas no Município	11/12/2006	110,12	0,00	100,00	-	-
Construção de Muro nos Bombeiros (170 m2)	-	-	-	-	100,00	-
Constr. de Albergue de Passagem (100 m2)	-	-	-	-	60,00	-
Constr. da Sede do Conselho Tutelar (50 m2)	-	-	-	-	30,00	-
Construção de Unidades Escolares (2000 m2)	-	-	-	-	1.200,00	-

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
059

Construção de Ciclovias (7000 m2)	-	-	-	-	350,00	-
Constr.de Postos de Inform. Turísticas (150 m2)	-	-	-	-	90,00	-
Constr.do Centro de Conviv. do Idoso (110 m2)	-	-	-	-	70,00	
Conclusão de Obras da Educação (1000 m2)	-	-	-	-	500,00	
Concl.da Sede do Poder Executivo (400 m2)	-	-	-	-	100,00	
Paviment. da Malha Central Periférica (8000 m2)	-	-	-	-	400,00	
Construção de Módulos Sanitários	-	-	-	-	50,00	
Inst. e Constr. da Central de Luto (100 m2)	-	-	-	-	60,00	
Constr.de Deck's e Passeios em Áreas Degradadas	-	-	-	-	150,00	
Construção de Calçadões	-	-	-	-	300,00	
TOTAL	-	**1.543,85**	-	-	**3.460,00**	-

Fonte: Sistema Cetil de Informática

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

Justificativa: Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Modificativa ao art. 14, do Projeto de Lei em epígrafe

Modifique-se a redação do art. 14, do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 14. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2008, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, as metas de receita e de despesas, estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas."

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 779 - 2007
ASSUNTO
Emenda Modificada ao Projeto de Lei
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:22:51

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

061

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Modificativa ao inciso I, do art. 23, do Projeto de Lei em epígrafe

Modifique-se a redação do inciso I, do art. 23, do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 23. .....

I - I – da receita, que obedecerá a legislação pertinente."

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 777 - 2007
ASSUNTO
Emenda Modificada ao Projeto de Lei
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:16:09

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

062

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 776 - 2007
ASSUNTO
Emenda Modificada ao Projeto de Lei
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:12:18

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Modificativa ao art. 24, do Projeto de Lei em epígrafe

Modifique-se a redação do art. 24, do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 24. Se o projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2008, não for sancionado/promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2008, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório/promulgatório.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal."

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONT
Estado do Paraná

063

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 775 - 2007
ASSUNTO
Emenda Aditiva ao Projeto de Lei
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:08:40

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei em epígrafe

Adite-se artigo ao Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, no Capítulo V – Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações, com a seguinte redação:

"Art. 31 No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse."

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

064

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Supressiva ao art. 50, do Projeto de Lei em epígrafe

Suprima-se ***"in totum"*** o art. 50, do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 778 - 2007
ASSUNTO
Emenda Supressiva ao Projeto de Lei.
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:20:14

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

065

Os Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Orçamento, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, a seguinte proposição:

Mensagem nº 025/07

Projeto de Lei
"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Emenda Modificativa ao art. 59, do Projeto de Lei em epígrafe

Modifique-se a redação do art. 59, do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 774 - 2007
ASSUNTO
Emenda a Projeto de Lei
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 09/07/2007 - 13:05:21

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.

omissão de Finanças e Orçamento.

Justificativa:

Pelos motivos expostos no parecer da Consultoria sobre o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 66

Palácio "Prof. Getúlio Serafim do Nascimento".

OFÍCIO N.° 303/2007

Pontal do Paraná, 12 de Julho de 2007.

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 816 - 2007
ASSUNTO
Oficios
INTERESSADO
Vereador:Alexandre G.Pereira
LOCAL
Pontal do Paraná, 12/07/2007 - 14:10:01

Ao Exmo.Sr.
Rudisney Gimenes
DD. Prefeito Municipal de Pontal do Paraná

Anexo encaminho a Vossa Excelência, Projeto de Lei nº 050/2007, "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providencias".

O referido Projeto vai autografado por esta Presidência, para providências preceituadas no Art. 51 da Lei Orgânica do Município.

Renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Alexandre Guimarães Pereira
Presidente

Solicitante
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ - 05303/2007

Nº PROCESSO
3726/2007

Assunto
Encaminha Projeto de Lei nº.050/2007

Data Entrada
13/07/07

Cod. Acesso Internet: Cod. Acesso Internet:
3726.2007.7.13.105957600

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

67

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Parecer nº66/07 P. LEI 50/07
Iniciativa: Poder Executivo
Súmula:" Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências."

Ao analisarmos o processo referido em epigrafe não encontramos nenhum óbice legal, ou qualquer infringência ao Regimento Interno desta casa.

Diante do exposto acima, somos pela apreciação do Douto Plenário, e encaminhamos o mesmo para a Comissão de Finanças ,Orçamento e Fiscalização.

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 750 - 2007
ASSUNTO
Comissão de Legislação,Justiça e Redação
INTERESSADO
Vereadores
LOCAL
Pontal do Paraná, 03/07/2007 - 10:16:06

É o parecer.

Pontal do Paraná, 22 de junho de 2007.

Márcio Luiz Gonçalves Kammers
Presidente-

Arlindo Serafim do Nascimento
Relator

Odair Serafim do Nascimento
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL 68

Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Mensagem n° 25/06

Iniciativa: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

Segue para apreciação do Poder Legislativo de Pontal do Paraná o Projeto de Lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, dispondo sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

Conforme estabelece a Constituição Federal do Brasil, a Constituição do Estado do Paraná e o § 2º, do art. 140, da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I – as prioridades e metas da Administração Municipal;

II - as orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual;

III – os reajustamentos do Plano Plurianual decorrentes da reavaliação da realidade econômica e social do Município;

IV – as disposições sobre alteração da legislação tributária;

V – a projeção das despesas de capital para o exercício subseqüente;

VI – as alterações na legislação e despesa com pessoal.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, disporá, também, sobre:

I. Equilíbrio entre receitas e despesas;

II. Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas em Lei Complementar Federal;

III. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IV. Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade fiscal, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 69

O anexo de metas fiscais conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
IV - avaliação da situação financeira e atuarial:
a) do regime de previdência próprio dos servidores públicos;
V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A lei de diretrizes orçamentárias conterá, também, o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece, ainda:

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Cabe ressalva, quanto às normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, no projeto de lei e em seus anexos não há artigo ou dispositivo que trate da matéria.

Remetido à apreciação do Poder Legislativo em data de 31 de maio de 2006, portanto dentro do prazo legal, conforme previsto no § 3°, do art. 140, da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, que estabelece: o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado a Câmara Municipal, pelo Poder Executivo até o dia 31 de maio de cada exercício financeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

Quanto ao prazo de devolução, chamamos a atenção para o que está estabelecido na parte final do § 3º, do art. 140, que prevê a devolução para sanção do projeto até o dia 15 de julho do mesmo exercício.

Conforme dispõe a Constituição Federal, o presente projeto deverá ser aprovado até 30 de junho, conforme determina o § 2°, do art. 57 da Constituição Federal, que estabelece: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias."

Inicialmente deve-se questionar sobre a realização por parte do Poder Executivo, da Audiência Pública na fase de elaboração do Projeto de Lei em comento, conforme previsto no parágrafo único do artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal e também ao contido no artigo 44 da Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que estabelecem, respectivamente:

Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e **realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos** (grifo nosso).

Estatuto da Cidade

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – ...

II – ...

III – planejamento municipal, em especial:

a) ....

b) .....

c) ....

d) ...

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

e) ...

f) gestão orçamentária participativa;

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de **debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.** (grifo nosso)

Lembramos que a Audiência Pública, conforme dispositivo legal, também deverá ser realizada na fase de discussão do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências. Portanto, a Câmara Municipal de Pontal do Paraná deverá realizar debate, consulta e a audiência pública, antes da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para sanar o vício quanto a não realização da audiência pública por parte do Poder Executivo, isto se a mesma já foi realizada, sugerimos que haja uma audiência conjunta entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

O Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, deverá seguir em seu trâmite estabelecido pelo art. 185 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um processo integrado que tem seu início no Plano Plurianual, pois deve guardar compatibilidade com Plano Plurianual. Em síntese, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá guardar compatibilidade com o Plano Plurianual – 2006/2009, já aprovado pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

Passamos a analisar os artigos e ou dispositivos contidos no projeto de lei, que merecem comentários ou mesmo reformas.

O 9°, do projeto de lei, estabelece que a reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Já o art. 50 estabelece que o projeto de lei orçamentária para 2008, conterá reserva de contingência

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
fl 2

em montante equivalente ao valor máximo de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida. O artigo que trata do valor da reserva de contingência, deveria ser tratado no Capítulo III, que trata das metas e dos riscos fiscais, já que a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Há flagrante contradição entre os artigos, pois os limites fixados em ambos são dissonantes, sendo prudente a supressão do art. 9º ou do art. 50, visto que dois artigos tratam do mesmo assunto.

O art. 14 estabelece que a existência de meta ou prioridade constante no Anexo a que se refere ao artigo 2º desta Lei (Anexo I – Objetivos e Metas da Administração Municipal), não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária de 2008. Se o que está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias não será inserido na Proposta da Lei Orçamentária Anual, não haveria necessidade da existência da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obviamente que não pode amarrar a administração, exigindo que tudo o que constou na Lei de Diretrizes seja realizado, até porque podemos ter frustração de receitas. Pelo exposto o art. 14, do projeto de lei deve ser suprimido. Como alternativa poderíamos inserir artigo com a seguinte redação:

"Art. .... Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2008, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, as metas de receita e de despesas, estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas."

O parágrafo único do art. 22, estabelece que será permitida a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

Ocorre que o art. 15, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece que na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á *no mínimo* por elementos. Já o art. 6º, da Portaria STN nº 163, de 04 de maio de 2001, estabeleceu que na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação. Não há possibilidade de que uma portaria possa limitar o que a lei não fez. Infelizmente, no exercício financeiro de 2004, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aceitou que a elaboração do orçamento fosse feita até nível de modalidade de aplicação. A peça orçamentária perde toda sua transparência quando elaborado até o nível de modalidade de aplicação. Para que o Poder Legislativo possa conhecer com exatidão os gastos públicos a Lei Orçamentária Anual, deverá ser apresentada até o nível de elemento de despesa. Pela justificativa, sugerimos a supressão do parágrafo único, do art. 22, do projeto de lei.

O inciso I, do art. 23, contém uma impropriedade. Faz referência de que a receita obedecerá ao disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 43

com alterações posteriores. Ocorre que da leitura do art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64, temos o rol de quadros que compõem a Lei de Orçamento, não sendo específico somente para a receita. Pelo exposto, opinamos pela modificação do inciso I, do art. 23, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

Art. 23. .....
I – da receita, que obedecerá a legislação pertinente.

O art. 24, do projeto de lei estabelece que se o projeto de lei do orçamento para o exercício de 2008, não for aprovado pelo Legislativo ou sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2007 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta orçamentária remitida á Câmara Municipal. Ocorre que existem despesas que pela sua característica e sazonalidade, não poderão ser executadas com base em um doze avos, do total da despesa fixada. Incluem-se nesta categoria as despesas com as áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal. Sugerimos emenda alternativa ao art. 24, nos seguintes termos:

Art. 24. Se o projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2008, não for sancionado/promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2008, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório/promulgatório.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal.

Os incisos I a IV, do art. 29 e o art. 30, tratam de autorizações para a realização de abertura de créditos suplementares ao orçamento.

Com referência aos artigos citados, esclarecemos que o artigo 7°, da Lei Federal n° 4320, de 17 de março de 1964, estabelece que a **Lei de Orçamento poderá** conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas às disposições do artigo 43 (existência de recursos disponíveis).

Já o § 8º, do artigo 165, da Constituição Federal estabelece que a **Lei Orçamentária Anual**, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
74

Dos regramentos legais acima citados vislumbra-se que apenas na Lei Orçamentária Anual, é que será possível conceder autorização para abertura de créditos suplementares. Do contrário, poderia o Poder Executivo na execução orçamentária, utilizar a autorização concedida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não havendo necessidade das autorizações na Lei Orçamentária Anual.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando procede ao exame das contas quanto à legalidade das alterações orçamentárias, apenas considera as autorizações concedidas na Lei Orçamentária Anual.

As autorizações se concedidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, seriam genéricas, pois não temos neste momento (Lei de Diretrizes Orçamentárias), os quantitativos orçamentários fixados por elementos de despesa em cada órgão orçamentário.

Citamos ainda a Instrução Técnica nº 11, de 11 de janeiro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que regulamenta os artigos 158 - III e 239 e §§, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, quanto à remessa bimestral de informações financeiro gerenciais e de gestão fiscal, e dá outras providências, que estabelece nos incisos XIV a XIX, do art. 27:

XIV. Alterações Orçamentárias – Os créditos suplementares e especiais deverão obedecer o previsto no § 8° do art. 165, c/c art. 167, VI, ambos da Constituição Federal, de modo que, sem a existência de lei específica, a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações não pode implicar em alteração da categoria de programação, só sendo possível ocorrer no comando da lei orçamentária se a modificação ficar restrita a um mesmo projeto/ou atividade e entre despesas da mesma categoria econômica.

XV. Alterações Orçamentárias – A Transferência de Fundos, assim entendida a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e de um mesmo programa de trabalho ao nível de categorias econômicas de despesas, exige a autorização por lei específica, nos termos do art. 167, VI, não podendo ser autorizada diretamente na Lei Orçamentária, por não estar contida no delimitado no art. 165, § 8°.

XVI. Alterações Orçamentárias – A transposição de dotações orçamentárias, assim considerada a realocação de recursos que ocorre entre mais de um programa de trabalho, dentro de um mesmo órgão, exige a autorização por lei específica, nos termos do art. 167, VI, não podendo ser autorizada diretamente na Lei Orçamentária, por não estar contida no delimitado no art. 165, § 8°.

XVII. Alterações Orçamentárias – O remanejamento, figura que retrata a realocação de recursos em âmbito intra-organizacional, isto é, de um órgão/entidade para outro nos casos de reformas administrativas de que resulte a criação, extinção, fusão ou cisão, exige a autorização por lei específica, nos termos do art. 167, VI, não podendo ser

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 45

autorizada diretamente na Lei Orçamentária, por ser estranha ao previsto no art. 165, § 8°.

XVIII. Alterações Orçamentárias dos Créditos Especiais – Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas (Resolução nº 14233/93), as suplementações e cancelamentos de créditos especiais deverão ser realizados através de Lei específica.

XIX. Alterações Orçamentárias – As suplementações do orçamento do Poder Executivo, e quaisquer demais entidades da estrutura administrativa deste, com recursos das fontes próprias dos orçamentos de entidades da administração indireta, arrecadados em função dos objetivos específicos destas, constitui desvio de finalidade.

Portanto, na Lei de Diretrizes Orçamentárias não é apropriado conceder a autorização pretendida, conforme se demonstrou acima. Lembramos, ainda, que a última alteração da legislação que dispõe sobre os orçamentos (Lei de Responsabilidade Fiscal), não incluiu nos dispositivos referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o tratamento com relação à autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

Mesmo na Lei Orçamentária Anual, será preciso analisar com maior cuidado técnico para somente depois efetivar as autorizações para suplementação, remanejamento e transposição de dotações orçamentárias. Na análise das prestações de contas do exercício financeiro de 2006, já consta como ressalva o fato de haver excesso de autorizações para alteração da Lei Orçamentária Anual. A utilização destes mecanismos de forma simultânea, permite ao Poder Executivo alterar, de forma não autorizada ou descontrolada, a programação constante da Lei de Meios que deve ser cumprida, como em regra deve ser todo diploma legal.

Pelo exposto, os artigos 29 e 30, constantes do projeto de lei, devem ser suprimidos.

O art. 41 trata do envio das propostas de alterações na legislação tributária, estabelecendo que as mesmas devam ser encaminhadas a Câmara de Vereadores até o final do mês de outubro de 2007. Pode ocorrer que no plano federal haja mudança no sistema tributário, após o prazo estabelecido no artigo 41. Como exemplo citamos a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, que acrescentou o art. 149-A á Constituição Federal, instituindo contribuição para custeio do serviço de iluminação pública nos Municípios e no Distrito Federal, a COSIP. Pelo exposto o art. 41 deverá ser suprimido do projeto de lei.

Como forma de aperfeiçoar o projeto de lei que trata das diretrizes para elaboração e execução do orçamento de 2008, sugerimos a adição de artigo, no capítulo V, que trata das diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações,

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

permitindo no exercício vindouro, a atualização dos quantitativos orçamentários. O artigo poderá ter a seguinte redação:

Art. ... No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.
Parágrafo Único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse.

O art. 59, do projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências, trata da entrada em vigor da lei. Entretanto, a parte final do artigo citado, estabelece a revogação de disposições em contrário. O art. 9º, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, estabelece que: "a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente as leis ou disposições legais revogadas." Sugerimos a seguinte redação visando adequar o artigo 59:

"Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

É o parecer,

Pontal do Paraná – Paraná, 15 de junho de 2007.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Prefeitura Municipal
Pontal do Paraná
GESTÃO
2005 / 2008

GABINETE DO PREFEITO

50

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Ofício nº 244/GAB

Pontal do Paraná, 30 de maio de 2007.

Assunto: Encaminha Mensagem nº 25/07

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67, inciso XI, da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, por essa Casa Legislativa, a **Mensagem n° 25/07**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências"**.

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES
PREFEITO

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 620 - 2007
ASSUNTO: Oficios
INTERESSADO: Poder Executivo
LOCAL:
Pontal do Paraná, 31/05/2007 - 13:56:39

Excelentíssimo Senhor
ALEXANDRE GUIMARÃES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
78

MENSAGEM Nº 25/07

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Em atenção ao disposto no Artigo 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município, segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências"**.

O presente projeto de lei foi elaborado em consonância com as determinações da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e das leis que disciplinam a matéria, em especial da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e da Lei Federal nº 4.320/64.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 compreende: as prioridades e metas da Administração Pública municipal, as metas e os riscos fiscais, a organização e a estrutura dos orçamentos, diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações, disposições relativas à dívida pública municipal e às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, e disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária.

Diante do exposto, e certos da importância do projeto de lei ora encaminhado, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa, conforme prevê o Artigo 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES
PREFEITO

PROJETO DE LEI 50/2007

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Ficam estabelecidas, em cumprimento aos dispositivos da Constituição Federal, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2008, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública municipal;

II – as metas e os riscos fiscais;

III – a organização e a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII – as disposições sobre a receita própria municipal e alterações na legislação tributária;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2° Em consonância com os princípios e determinações específicas da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município no que couber, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e, em especial, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas e prioridades para o exercício de 2008 são as especificadas no Anexo I, que integra esta Lei.

§ 1° As metas e prioridades, constantes do Anexo I, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício de 2008, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
80

§ 2° O Poder Executivo identificará, no projeto de lei orçamentária anual, por intermédio de projetos e de atividades, a programação que contemple as prioridades das metas para 2008.

CAPÍTULO III
DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3° As metas, as avaliações, os demonstrativos e os riscos fiscais estão definidos nos Anexos II e III, que integram esta Lei.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4° Para a finalidade da Organização e Estrutura dos Orçamentos, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com a indicação de suas fontes de recursos.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
81

Art. 5° A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, respeitadas as instruções normativas e as orientações de natureza técnica pertinentes, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I – fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II – projetada, no concernente aos tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

§ 1° Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2° As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

Art. 6° O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal, para caracterizar a respectiva lei, será constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados, demonstrativos e anexos da receita e da despesa, estabelecidos pela Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual – PPA, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos, bem como atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 7° Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8° Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional n° 29/00;

III – as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinqüenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV – as despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais, proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável, nos termos da Emenda Constitucional nº 25/00;

V – a despesa total do Poder Legislativo será fixada em conformidade com o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal;

VI – as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 53/07 e respeitadas as Leis Federais nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.424, de 24 de dezembro de 1996, não serão inferiores a 60% (sessenta por cento) do total dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Art. 9º A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. Para elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2008, deverão ser observadas as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 11. O projeto de lei orçamentária do Município de Pontal do Paraná para o exercício financeiro de 2008 deve assegurar a transparência, o controle e a responsabilidade para a execução do que for aprovado.

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput* deste artigo, considera-se como:

I – princípio da transparência, o que compreenda, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

II – princípio do controle administrativo, a existência de amplo e fácil controle interno e externo das atividades;

III – princípio da responsabilidade, a observação das normas vigentes e a busca do cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 12. Será estimulada e assegurada aos munícipes de Pontal do Paraná a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta, viabilizada nas audiências públicas e itinerantes promovidas pela Administração municipal.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o respeito aos limites fixados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei a ser incluídas na proposta orçamentária de 2008, podendo, se necessário, incluir programas para ações não relacionadas, desde que financiados com recursos provenientes do excesso da arrecadação própria municipal ou oriundos de outras esferas do Governo.

Art. 14. A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei não implica a obrigatoriedade da inclusão da sua programação na proposta orçamentária de 2008.

Art. 15. Para a elaboração do projeto de lei orçamentária, serão consideradas como unidades orçamentárias as que integram a estrutura administrativa existente.

Art. 16. Desde que fundamentadas em dispositivos legais e pertinentes, poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 17. As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo, que resultem em alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da lei orçamentária.

Art. 18. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com esta Lei;

II – indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações de pessoal e seus encargos, serviço da dívida e recursos transferidos por outras esferas de governo.

Art. 19. A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal, elaborada em conformidade com esta Lei, deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal, impreterivelmente, até o dia 31 de agosto de 2007, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008.

Art. 20. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2008 será encaminhada para apreciação e aprovação do Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2007.

Parágrafo único. A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 21. O orçamento municipal compreenderá as receitas e as despesas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das entidades da Administração Indireta e dos Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública, de modo a evidenciar a política e o programa de governo, obedecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, da unidade, da universalidade, do equilíbrio, da exclusividade e da razoabilidade.

Art. 22. Na lei orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Será permitida a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

Art. 23. A lei orçamentária anual incluirá os seguintes demonstrativos:

I – da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2°, § 1°, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, com alterações posteriores;

II – da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV – outros anexos previstos em lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 24. Se o projeto de lei do orçamento para o exercício de 2008 não for aprovado pelo Poder Legislativo ou sancionado pelo Poder Executivo até o dia 31 de dezembro de 2007, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 25. Tendo por base o limite determinado pelo artigo 29-A, § 2°, da Constituição Federal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conformidade com Cronograma de Desembolso aprovado.

Art. 26. As despesas com o pagamento de precatórios judiciários, amortização da dívida consolidada, juros e encargos correrão à conta de dotações tecnicamente consignadas para esta

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
85

finalidade, separando-se, para fins de inclusão no orçamento, as pertencentes ao Poder Executivo daquelas que são da responsabilidade do Poder Legislativo.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias destinadas e aprovadas para precatórios judiciários, amortização da dívida consolidada, juros e encargos não poderão ser canceladas para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

Art. 27. A concessão de auxílios e subvenções sociais às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, dependerá de autorização e aprovação do Poder Legislativo Municipal, através de lei específica.

§ 1° Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

I – declaração de funcionamento regular no último ano;

II – comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;

III – cópia do ato de declaração de utilidade pública municipal;

IV – comprovação de formação da Unidade de Gestão de Transferências Voluntárias – UGT da entidade, conforme Resolução TCE/PR n° 03/06; e

V – demonstração da Certidão Liberatória do TCE/PR.

§ 2° As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, conforme Plano de Trabalho Aprovado.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, observado o contido no artigo 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 29, desta Lei, incluirá no projeto de lei orçamentária as devidas alterações a ser processadas por Lei ou Decreto, durante a execução do orçamento, respeitada a tipicidade do procedimento e, quando for o caso, a fixação de limites percentuais em relação ao total da despesa autorizada.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – remanejar, mediante decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais, em decorrência de reestruturações administrativas ocorridas após sua aprovação;

II – transferir, mediante decreto, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para cada programa de trabalho, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais, dentro da mesma unidade orçamentária;

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
86

III – transpor, mediante autorização legislativa, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para cada órgão, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais;

IV – incluir, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2008, os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte, especificando o grupo de fontes de recursos – ID de uso "3", conforme o disposto no artigo 43, § 1°, I, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo por base o que consta da Portaria n° 447, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, e da Instrução Técnica n° 38/2005, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1° Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – remanejamento: modalidade de realocação de recursos em sede intra-organizacional, ou seja, de um órgão para outro nos casos de reestruturações administrativas;

II – reestruturação administrativa: reforma administrativa de que resulte criação, extinção, fusão ou cisão de órgãos na estrutura organizacional do Poder Executivo;

III – transferência: modalidade de realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;

IV – transposição: modalidade de realocação de recursos que ocorre no nível de programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

§ 2° O valor adicionado ao orçamento em conformidade com o inciso IV do *caput* deste artigo não será computado para fins dos limites de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo.

Art. 30. Fica o Poder Legislativo autorizado a transferir, mediante ato próprio do Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada para seu programa de trabalho, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2008 e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. Respeitadas as prioridades e limites definidos pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando-se a capacidade financeira do Município, serão consignadas na proposta orçamentária dotações destinadas à amortização da dívida pública municipal e ao pagamento dos correspondentes encargos.

Parágrafo único. Na lei orçamentária, no que se refere às responsabilidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo, serão consignados os recursos destinados à amortização do principal da dívida contratual, dos encargos e serviços e para pagamento das despesas decorrentes de parcelamentos efetuados com a Previdência Social – INSS.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
87

Art. 32. O projeto de lei do orçamento anual poderá conter, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 33. A lei orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 34. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal de Finanças, anualmente, até 31 de julho, por meio eletrônico, na forma de Banco de Dados, a relação dos débitos, quando existentes, constantes de precatórios judiciários a ser incluídos na proposta orçamentária anual, conforme determina o artigo 100, § 1°, da Constituição Federal, discriminada por ordem de precedência e por natureza jurídica, especificando ainda:

I – número do processo;

II – número do precatório;

III – data da expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário;

V – valor do precatório a ser pago;

VI – data do trânsito em julgado.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. As despesas com pessoal e encargos sociais do Município ficam limitadas aos percentuais da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 19/98 e, principalmente, ao que consta dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. Observado o que dispõe a Constituição Federal e o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão admitidos a instituição, a concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, aprovados por lei municipal especifica.

Art. 37. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao preenchimento das vagas existentes no quadro de servidores públicos municipais, inclusive as ocasionadas por demissões, aposentadorias, morte e invalidez permanente.

Parágrafo único. Para cumprimento deste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar, se for o caso, concurso público para a admissão do pessoal necessário.

Art. 38. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipais autorizados a proceder à reposição salarial dos servidores públicos municipais, tendo por base a variação do INPC ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que sejam atendidas as condições previstas pelos artigos 8° e 35 desta Lei e demonstrada a existência de disponibilidade financeira para tanto.

Art. 39. Objetivando evitar a paralisação de serviços essenciais à comunidade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, quando for o caso, à contratação temporária, nos termos do disposto no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, de servidores destinados às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Art. 40. Não se considera como substituição de servidores públicos municipais, para efeito de controle da despesa com pessoal, o contrato de terceirização relativa à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Município;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Município, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41. As receitas próprias municipais terão suas fontes e valores revisados e atualizados, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar sua produtividade e rendimento.

Parágrafo único. Objetivando ajustar, atualizar e melhorar a receita própria municipal, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – revisão dos cadastros fiscais do Município, visando à atualização e à expansão do número de contribuintes;

II – atualização e aprimoramento da legislação tributária municipal;

III – revisão das isenções e de outros benefícios fiscais, visando ao integral respeito, principalmente, aos princípios constitucionais da igualdade, do tratamento isonômico, da justiça fiscal e às determinações da legislação federal complementar;

IV – cobrança dos débitos inscritos ou não em dívida ativa.

Art. 42. As propostas de alterações da legislação tributária deverão ser encaminhadas à Câmara de Vereadores até o final do mês de outubro de 2007.

Art. 43. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária municipal que estejam em tramitação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 44. A lei orçamentária identificará os limites percentuais a ser utilizados em 2008 e conterá a autorização ao Poder Executivo para, por intermédio de Decreto:

I – conceder a aplicação de desconto para o pagamento à vista e em cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano;

II – conceder reduções dos valores correspondentes às multas e aos juros aplicados aos débitos tributários inscritos ou não em dívida ativa.

Parágrafo único. A renúncia do valor apurado em função do *caput* deste artigo não será considerada na previsão da receita de 2008, na respectiva rubrica orçamentária.

Art. 45. O montante previsto para as receitas de operações de crédito, se for o caso, não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto de lei orçamentária.

Art. 46. A modificação da estimativa da receita constante da proposta orçamentária, por parte do Poder Legislativo Municipal, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, por intermédio de Decreto, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 48. Ocorrendo a necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir o equilíbrio entre receita e despesa, serão fixados separadamente percentuais de limitação para o conjunto de projeto e de atividades, sendo calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo em cada um dos conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º O Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal o montante que deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificativa do ato.

§ 2° O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes, calculados na forma do *caput* deste artigo, que ficarão indisponíveis nas respectivas dotações para fins de empenho e de movimentação financeira.

Art. 49. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3°, do artigo 16, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal n° 8.666/93.

Art. 50. O projeto de lei orçamentária para 2008 conterá Reserva de Contingência em montante equivalente ao valor máximo de 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 52. A lei orçamentária estabelecerá autorização ao Poder Executivo para, sendo o caso, firmar contratos de gestão, celebrar acordos com as Organizações Não Governamentais e convênios com outras entidades sem fins lucrativos, legalmente instituídas.

Art. 53. Respeitada a finalidade de execução conjunta dos programas de trabalho que beneficiem a população de Pontal do Paraná, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes, no sentido de contribuir, por intermédio de dotações a ser consignadas e classificadas no orçamento anual como "contribuições", "subvenções" e "auxílios", para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 54. É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e de subvenção social para entidades privadas, exceto aquelas, sem fins lucrativos, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e desde que preencham as condições previstas pelo § 1°, do artigo 27, desta Lei.

Art. 55. Fica vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, da concessão de auxílio ou subvenção social às associações, clubes ou sindicatos de servidores.

Art. 56. A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá, preferencialmente, aos critérios estabelecidos pelos programas sociais do Governo Federal que originam os recursos a ser aplicados, e, no caso de recursos próprios do Município, será precedida da comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1° Serão consideradas como carentes pessoas cuja renda *per capita* mensal não ultrapasse, na média dos últimos 12 (doze) meses, o valor correspondente a 5 (cinco) UFM – Unidade Fiscal do Município por indivíduo que compõe a família.

§ 2° Independerá de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados por ato do Chefe do Poder Executivo e ratificados pelo Governo do Estado do Paraná.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 97

Art. 57. As aquisições de imóveis serão precedidas de lei específica aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 58. Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2008.

Art. 59. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 30 de maio de 2007.

RUDISNEY GIMENES
PREFEITO

ARTUR FRANCISCO PETROSKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Aprovado em 1ª discussão no dia 09/07/07, o Anteprojeto de LEI C/EMENDAS de nº 50/07.
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Aprovado em 2ª discussão no dia 10/07/07, o Anteprojeto de LEI C/EMENDAS de nº 50/07.
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Aprovado em discussão única no dia 09/07/07, a Emenda MODIF. ADITIVA E ao Anteprojeto de SUPRESIVA de nº 50/07.
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Aprovado em 12/07/07, a Redação Final do Anteprojeto de LEI de nº 50/07.
1º Secretário

Construção de Ciclovias (7000 m2)	-	-	-	-	350,00	-
Constr.de Postos de Inform. Turísticas (150 m2)	-	-	-	-	90,00	-
Constr.do Centro de Conviv. do Idoso (110 m2)	-	-	-	-	70,00	
Conclusão de Obras da Educação (1000 m2)	-	-	-	-	500,00	
Concl.da Sede do Poder Executivo (400 m2)	-	-	-	-	100,00	
Paviment. da Malha Central Periférica (8000 m2)	-	-	-	-	400,00	
Construção de Módulos Sanitários	-	-	-	-	50,00	
Inst. e Constr. da Central de Luto (100 m2)	-	-	-	-	60,00	
Constr.de Deck's e Passeios em Áreas Degradadas	-	-	-	-	150,00	
Construção de Calçadões	-	-	-	-	300,00	
TOTAL	-	1.543,85	-	-	3.460,00	-

Fonte: Sistema Cetil de Informática

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTAL DO PARÁ
92

ANEXO
OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL POR PROGRAMAS

FUNÇÃO: 01 – LEGISLATIVA

Objetivos

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções de legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município. Nessa função, para administração e funcionamento da Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, será executado o seguinte o Programa de Trabalho: Programa: 01 – Processo Legislativo.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL compreendendo: Realizar Sessões Legislativas	Sessão	48 Ordinárias Extraordinárias	Anual Cumprir Legislação
Apreciar mensagens do Executivo	Mensagem	Sessão	Anual
Apresentar projetos de lei	Projeto	Sessão	Anual
Editar resoluções legislativas	Resolução	Sessão	Anual
Apreciar projetos de lei: . Plano Plurianual . Lei de Diretrizes Orçamentárias . Orçamento-Programa Anual	Plano LDO Orçamento	Sessão	0 1 1
Julgar as contas do Prefeito Municipal	Prestação contas	Trimestral	3
Avaliar programa trabalho do Executivo	Programa	Anual	12
Executar Orçamento do Legislativo	Programa/Atividade	Duodécimo	Anual Cumprir Legislação

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 94

FUNÇÃO: 02 – JUDICIÁRIA

Objetivos

Oferecer respaldo jurídico ao Poder Executivo, executado as ações necessárias para a defesa do interesse público, efetuar o ajuizamento da dívida pública, proceder a administração, o controle, o parcelamento e execução fiscal da Divida Ativa Tributária, aplicar os direitos constitucionais: acompanhar os processos de precatórios contra o Município. Aprovar e aplicar as determinações da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis à administração pública, em especial as oriundas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, prestar orientação e assistência jurídica gratuita à população carente. Nesta função, pela administração e funcionamento da Procuradoria Geral do Município (Unidade Orçamentária específica), será executado o seguinte o Programa de Trabalho: Programa 02 – Apoio Administrativo e Manutenção Geral – Programa 04 Processo Judiciário- 13- Defesa do Interesse do Município, 14 Encargos e Precatórios Requisitórios.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
Essencial a Justiça compreendendo: Instruir o Prefeito e demais órgãos nos assuntos de natureza jurídica	Executivo	12 meses	Serviço
Representação do Município perante o Poder Judiciário e demais órgãos	Município	12 meses	Serviço
Elaboração de pareceres jurídicos	Parecer	12 meses	Serviço
Elaboração de projetos de leis e decretos	Processo	12 meses	Serviço
Execução judicial ou extrajudicial da divida ativa	Execução	Dívida Ativa	Serviço
Atendimento Jurídico gratuito a população carente	População	2.500	Serviço Assistencial Jurídico

FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO

Objetivos

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelo Poder Executivo; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante os setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração direta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, financeira, planejamento e de recursos humanos; avaliar e proceder a ajustes nas estruturas de pessoal face às metas estabelecidas neste plano; executar plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; realizar Concurso Público para admissão de pessoal para as áreas de interesse municipal; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa; exercer o controle e a conservação do patrimônio imobiliário e mobiliário pertencente à municipalidade; proceder à desapropriação de imóveis declarados de interesse social; modernizar e operacionalizar o sistema de tributação e fiscalização; e garantir a execução e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Programar o Sistema de Controle Interno, cumprir a agenda de compromissos prevista pela Lei nº 101/2000, da Lei Orgânica Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em atendimento aos determinantes legais e aos anseios da população. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- Programa 05 Supervisão e Coordenação Superior- Programa 06- Gestão Administrativa Superior- Programa 12 Planejamento Municipal- Programa 07 Administração Geral- Programa 123 Administração Financeira- Programa 09 Serviço de Utilidade Pública- Programa Publicidade Oficial e Divulgação de Interesse Público- Programa 09 Serviço de Utilidade Pública- Programa 11 Defesa da População em caso de Calamidade Pública.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL compreendendo: Gerenciamento Bens e Serviços de Uso Comum	Apoio	12 Unidades Governo	12 meses
Gerenciamento Bens e Serviços de Uso da Secretaria	Logística	1 Unidade Governo	12 meses
Treinamento e qualificação dos servidores municipais	Curso	2 cursos	Servidores públicos
Suporte a audiências públicas	População	50	População
Manutenção Sistema de Informação	Sistema	12	Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
96

Firmar Convênios	Convênios	2	Parcerias
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Aquisição	Suprir as necessidades de materiais e equipamentos permanentes	Patrimonial/ Operacional
APOIO A JUNTA DO SERVIÇO MILITAR/M. TRABALHO:.Emissão de Carteira de Trabalho	Documentos	300	Carteiras Trabalho
Administração de Processo do Alistamento Militar	Processo	300	Alistamento Militar
SUBFUNÇÃO: 121 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO compreendendo: Coordenação do planejamento orçamentário, LDO e LOA.	Planos	2	Administração
Realização de estudos e projetos para o planejamento integrado do Município	Projeto	1	Estrutural/legalidade e Cumprir Legislação
Capacitação de servidores para desenvolvimento das atividades pertinentes as atribuições da Secretaria.	Servidor	15	Cursos/ Capacitação/ Normas TCE/PR
SUBFUNÇÃO: 131 – COMUNICAÇÃO SOCIAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO compreendendo: Coordenação de atividades de relações públicas e de comunicação	Atividade	12 meses	População divulgação
Cobertura jornalística e divulgação de eventos promovidos pelos departamentos da Prefeitura	Divulgação	12 meses	Publicidade
AÇÕES DE CONTROLE INTERNO Implantação da Unidade Central e Sistema de Controle Interno	Projeto	1	Atendimento Legislação/ Instrução TCE/PR
Observação e determinação do cumprimento das normas e práticas administrativas vigentes, com emissão periódica de relatórios, conforme determina a legislação.	Práticas	6	Bimestral/ Publicidade

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
97

Acompanhamento das ações de todos os órgãos integrantes da estrutura administrativa municipal, diagnosticando problemas e irregularidades informando-as ao Prefeito, para as providências que se fizerem necessárias.	Controle	12 Unidades	Anual/ Eficiência/ Moralidade
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO compreendendo: Dar suporte as audiências públicas municipais LRF	Audiências	4	População/ Legalidade/ Publicidade
Manutenção do Sistema de Informatização	Sistema	12 unidades	Sistema/Eficiência
SUBFUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS compreendendo: Divulgação oficial das execuções orçamentárias e financeiras LRF	Mensal Bimestral Semestral	12 6 2	Mensal Semestral Bimestral Publicidade
Revisão do Código Tributário Municipal	Código	1	Legislação
Reavaliação da Planta Básica de Valores Imobiliários do Município	Projeto	1	Legislação
Manutenção do Sistema de Informatização Financeiro	Serviço	12 meses	Eficiência/ Controle
Controle, registro e prestação de contas de recursos provenientes de transferências voluntárias.	Convênio	50	UGT/ Cumprimento normas TCE/PR
Divulgação oficial das execuções orçamentárias e financeiras	Mensal Bimestral Semestral	12 6 2	Mensal Bimestral Semestral Publicidade
Revisão e atualização das taxas dos serviços prestados pela municipalidade	Legislação	1	Revisão tributária
Atualização Cadastral. Controle em relação ao ISSQN e Comércio.	Tributação	2.000	Atualização Cadastral
Emissão de alvarás	Alvará	Conforme Solicitação	População
Renovação de licença de funcionamento	Estabelecimentos	Conforme Solicitação	População

Pagamento de juros, amortizações e controle da dívida fundada	Serviço	12	Mensal/ Controle/ Legislação
Contratação de consultoria	Contrato	1	Consultoria Serviços

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
99

FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivos

Repassar os recursos provenientes da taxa de combate ao incêndio para o FUNREBOM, possibilitando ao Corpo de Bombeiros a modernização de equipamentos e ampliação e construção do Quartel General, além dos materiais necessários à manutenção da corporação; implantar e dotar a guarda municipal de equipamentos e materiais necessários ao serviço de policiamento municipal.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 182 – DEFESA CIVIL			
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO compreendendo: Recebimento e destinação de recursos para manutenção do FUNREBOM, quanto ao material de consumo, conservação, equipamentos e instrumentais.	Repasse	12 parcelas	Manutenção Serviços
Construção de muro delimitando o terreno	m^2	170 Quartel/Sede	Patrimonial
Manutenção Quartel visando Operação Verão	Manutenção	1 Quartel/Sede	Patrimonial/ Serviços

PARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
100

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos

Executar programas sociais de natureza comunitária; atender crianças e adolescentes carentes de 0 a 17 anos, propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade; apoiar no desenvolvimento das ações do Conselho Tutelar respeitando os Direitos da Criança e do Adolescente; realizar cursos profissionalizantes, objetivando a inserção social através da capacitação profissional; atender pessoas carentes devidamente cadastradas; atender pessoas portadoras de necessidades especiais; apoiar técnica e financeiramente, através de convênios, entidades assistenciais sem fins lucrativos, devidamente cadastrados, na Secretaria de Ação Social e Relações do Trabalho; Erradicar o Trabalho Infantil no município; Garantir os mínimos sociais às famílias carentes, dando acesso aos mesmos às políticas sociais básicas. Implantação de Planos Municipal de enfrentamento da violência infanto-juvenil, e demais planos de atendimento a população carente e em situação de vulnerabilidade social; Assegurar ao idoso direito da cidadania garantindo a plena convivência familiar e sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito a vida. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes os Programas de Trabalho: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 27 Apoio ao Portador de Deficiência- 28 Assistência Social- 29 Atendimento a Criança e ao Adolescente- 16 Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social- 19 Proteção a Criança e ao adolescente- 17 Ações de Enfrentamento a Pobreza- 44 Assistência e Proteção a Comunidade- 45 Ações Assistenciais- 45 Inclusão Social a melhor Idade.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
ADMINISTRAÇÃO DA SECR. MUN. DE AÇÃO SOCIAL E REL. DO TRABALHO compreendendo: Ações a cargo da Administração da Secretaria	Programa	1	12 meses serviços
Aquisição de equipamentos de informática para o trabalho social, nos Programa de Trabalho Aprovado de Convênios.	Equipamentos	10	Patrimonial
Manter e programar o atendimento no Posto do Trabalhador e Banco Social	Atividade	2.000	População/ Serviço/Apoio Assistência

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
101

Desenvolver Ações de Caráter Regional: Censo Social (IBGE – IPARDES- IDH) elaboração Diagnóstico Social	Atividade	5.000	População/Censo /dados estatísticos
Execução pela Secretaria de programas na área do idoso e parceria por meio de convênios com entidades voltadas a terceira idade	Pessoas/entidades	150	Atividades próprias acompanhamento ao idoso
SUBFUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO SOCIAL compreendendo: Execução de Programas nas áreas da família, criança e adolescente e pessoas portadoras de necessidades especiais.	Pessoas	1.000	População
Implantação do Projeto Jovem Aprendiz	Atividade	250	População/ Capacitação profissional
Manter e implantar Cadastro Único do Programa Bolsa Família	Atividade	3.500	População/ Cadastro
Criar programas de Capacitação Profissional com certificação de garantido reconhecimento, objetivando a geração de emprego e renda e inserção social.	Capacitação/ pessoas	1.000	População/ Capacitação profissional
Construção de Albergue de Passagem para carentes	m^2	100	Praia de Leste Patrimonial
Implantar Cursos de capacitação artesanal, objetivando a complementação de renda.	Atividade	500	População Artesanato Local
Apoio ao Programa Municipal "Super Sopa"	Pratos	6.000	População Assistencial
Implantação de Programas de Combate a Prostituição e o Trabalho Infantil através de campanhas de conscientizadoras e informativas	Programa	4	1 Assistencial
Implantação de Programas de Operacionalização de medidas sócios educativas em meio aberto, para atendimento a adultos e adolescentes.	Programa	250	5 educativa
Execução de Programas e Projetos na área do idoso.	Atividade	200	População Idosa
Apoio as Ações do Centro de Referência de Ação Social CRAS	Pessoal	5.000	Assistencial

Apoio as Associações Organizadas da Sociedade Civil para atendimento as ações voltadas à população carente	Entidades/ Convênios	10	Assistencial/ Parceria
Manutenção de Programas com Recursos: Federal e Estadual	Programas PETI/FIA/IGD/PAC /PPD	5.000	População/ Capacitação/ Operacional/ Risco e Vulnerabilidade/ Serviços/ Assistência
Programas e projetos de segurança alimentar e nutricional	Horta/Cozinha Comunitária	200	População/ Assistência
Manutenção e aquisição de materiais e utensílios para Casa de Passagem Doce Lar	Material/ Manutenção	150	Manutenção/ Patrimonial
Enfrentamento a pobreza através de cursos de capacitação profissional objetivando a geração de emprego e renda	Curso/Pessoal	600	População/ capacitação
Manter e equipar os "Centros de Inserção e Valorização Social e Capacitação Profissional "	Material/ Cursos	40	5 Unidades Assistencial
Garantir e manter os benefícios eventuais (auxílio funeral, cestas básicas, passagens e outros) preconizados na Lei Orgânica de Assistência Social LOAS.	Programas/ Pessoal	4.000	População/ Assistencial
Capacitação de profissionais na área sociais e conselheiros tutelares	Curso/pessoal	30	5 cursos de capacitação
Projeto e construção para implantação do Centro de Convivência do Idoso	m²	110	Estrutura adequada/ Atenção ao idoso
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR compreendendo: Ações a cargo do Conselho Tutelar	Conselho	5 Conselheiros	Ações Legais e Judiciais
Construção da sede do Conselho Tutelar	m²	50	Patrimonial

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
103

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

Objetivos

Melhorar e ampliar a oferta de especialidades médicas à população; atender através da distribuição gratuita de medicamentos as necessidades da comunidade e dos que necessitam de tratamentos especiais; dotar os Postos de Saúde de medicamentos e materiais hospitalares; proporcionar ao Laboratório Municipal materiais adequados ao seu funcionamento; disponibilizar materiais odontológicos e de higiene bucal p/ os Postos de Saúde; diminuir a incidência de enfermidades que possam ser detectadas e combatidas através de exames e ações preventivas; melhorar as condições de higiene e limpeza dos estabelecimentos, através de ações de Vigilância Sanitária; ampliar o atendimento médico à população através de convênios c/ estabelecimentos de ensino da área médica (medicina, enfermagem, odontologia); incrementar o PSF – Programa Saúde da Família; implantar o Centro de Atenção Psicosocial, viabilizando os tratamentos desta especialidade; oferecer tratamento fisioterapêutico objetivando diminuir o tempo de recuperação pós-traumática dos pacientes; realizar ações de prevenção e conscientização de doenças físicas e psicosociais. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes os Programas de Trabalho: 122- Administração Geral- 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- - 40 PSF- Programa Saúde da Família- 41 Ações de Atenção Básica á Saúde- 48 Ações Especializadas- 304- Vigilância Sanitária- 42 Controle Sanitário- 43 Controle Epidemiológico- e Controle de Doenças- 541 Preservação Ambiental- 47 Destinação do Lixo Hospitalar- 25 Administração Fundo Municipal de Saúde- 26 Vigilância Sanitária e Epidemiológica- 39 Saúde para a Comunidade- 18 Orientação e Capacitação Profissional.

Principais Metas

		2008	
		Mensuração	
Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Meta**
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA			
Administração Geral compreendendo: Aquisição de mobiliário adequado p/ as farmácias dos Postos de Saúde e Centro de Especialidades	Mobiliário	50	Patrimonial/ estrutura adequada Praia de Leste e unidades saúde
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde Operacionalização	Programa/ Atividade	18.158 população 400.000 população flutuante JAN/DEZ	Saúde Pública

Atenção Básica compreendendo: Aquisição de materiais médicos hospitalares, medicamentos de distribuição gratuita.	Material/Unidades	275.000	Distribuição Medicamentos 07 unidades Saúde
Realização de ações de vigilância sanitária em todo o Município	Ação	12 meses	População prevenção
Aquisição de Material Permanente	Equipamentos	62	Equipar os departamentos
Estabelecer Convênios com entidades para atendimento médico no Município	Convênios	5	Instituições/ ONGs/OCIPs parcerias
Implantar o Centro de atenção Psicosocial	Projeto	800 pessoas	1 Unidade no Jacarandá
Implantação do Centro de Reabilitação e Fisioterapia	Equipamentos/ aparelhos	50	Tratamentos
Firmar Convênios	Programa de Parceria	20	Instituições/ ONGs/OCIPs parcerias
Manter e Operar os Programas-Federal e Estadual - MS/FNS/SESA/FEAS	Manutenção e Material permanente	18.158 população 400.000 população flutuante JAN/DEZ	População Saúde Publica Básica/Media e alta complexidade
Aquisição de equipamentos Manutenção do Programa Saúde da Família PSF	Material Permanente/ Bicicletas	42	Ações das Agentes de Saúde/Operacional
Manter os programas PSF e PACs	Manutenção	5 equipes	Ações/ serviços programa
Adquirir medicamentos p/atendimento do 24 h.	Medicamentos	6.000	Shangri-lá Praia de Leste
SUBFUNÇÃO: 302 – ASSIST. HOSPIT. E AMBULATORIAL			
Mobiliar o Ambulatório	Móveis	30	Mobiliário adequado

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
105

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

Objetivos

Melhoria na qualidade de Ensino, atendimento a todas as crianças de zero a seis anos de idade (Educação Infantil); diminuição da repetência e evasão escolar; abertura para profissionalização dos educandos em inclusão e Educação Especial; ampliação das unidades escolares, reformas e manutenção da rede física em todas as unidades; construção de novas unidades; aquisição de equipamentos e mobiliário para todas as unidades; aquisição de transporte escolar próprio; capacitação e especialização dos Recursos Humanos – professores e servidores de apoio técnico e administrativo; desenvolvimento de projetos que visem a elevação e aprimoramento do Ensino Público Municipal; implantar o programa de educação integral; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar a merenda escolar; implantar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; aplicar os recursos provenientes do salário educação e de convênios com órgãos federais e estaduais. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 27 Transporte Escolar – 18 Criança na Escola- 19 Alimentação escolar- 17 Educação Especial- 18 Educação de Jovens e Adultos- 30 Manutenção Merenda Escolar- 31 Merenda Escolar das CEIs- 04 Ampliação do Patrimônio- 28 Manutenção e Revitalização da Educação Básica.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 361 – EDUCAÇÃO BASICA			
Apoio Administrativo e Manutenção Geral compreendendo: Alunos atendidos	Aluno	3.000	14 Unidades
Escolas da Educação Básica	Escola	7	Unidades
Centro de Educação Básica -Rural	Escola CEI	25 alunos	1 Unidade
Escolas do Educação Básico-Rural	Escola	1	Unidades
Realização de cursos p/ capacitação	Curso	6	400 Servidores
Operacionalização	Programas	14 Unidades	1 Secretaria
Cursos	Alunos	3.000	Ensino Básico Municipal
Implementação de ações para melhoria das condições de aprendizagem dos alunos, através de cursos e palestras.	Cursos	4	Profissionais educação/ Capacitação

Aquisição de Bens e Serviços de Uso Comum na Educação	Bens e Serviços	14/1	Escolas /Secretaria Manutenção
Aquisição de Mat. Permanente (móveis) e kit pedagógico p/ as escolas	Material Permanente e Kits	14	Escolas Patrimonial/ Custeio
Manutenção e Conservação Bens Imóveis da Educação	Manutenção	14	Escolas mantidas
Manutenção e Conservação dos Veículos da Educação		8	Patrimonial/ manutenção
Desenvolvimento de atividades extra-curriculares do ensino	Alunos	2.500	Inovação ensino/extra curricular
Alunos atendidos no Ensino básico – 3 a 5 anos	Aluno	450	7 Unidades
Desenvolvimento das atividades de aprendizado do ensino básico infantil	Crianças	350	Alunos
Publicação de Materiais de Interesse da População Assuntos da Educação	Exemplares/mensal	5.000	12 meses/ Publicidade
Realização de cursos p/ capacitação	Curso	6	500 Servidores/ capacitação
Firmar Convênios	Parceria	4	Associação Estudantes/ Apoio e parcerias
Instalação de Play-Ground		6	CEI's/ adequação
Material distribuição gratuita	Distribuição	3.200	Alunos/ 3 períodos
Absorção de estudantes nos laboratórios de informática das escolas municipais	Estrutura Municipal	2.000 alunos	Escolas Municipal/ aperfeiçoamento ensino
Terceirização de serviços especializados na área de educação	Serviços	2.500	Alunos/ 2 turnos Serviços Especializados
ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR compreendendo: Aquisição de veículo (ônibus) p/ transporte de alunos	Veículo	1	Ônibus 46 lugares

Manutenção Transporte Escolar	Alunos/Dia	3.100	Transporte
AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES compreendendo: Ampliações:	m²	500	Patrimonial/ Benvinda/CMEI Estrela/CMEI Golfinho
Construção e ampliação de Unidades Escolares	m²	2.000	Patrimonial/ Escola Ambiental/ Complexo Ezequiel piscina e pista de atletismo
Conclusão de Obras	m²	1.000	Centro capacitação/ escolas/CEIs
-ADMINISTRAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR compreendendo: Manutenção Programa Merenda Escolar	Refeições/dia	3.200	Alunos/ 3 períodos
SUBFUNÇÃO: 365 – ENSINO ESPECIAL			
Administração das Atividades do Ensino Especial compreendendo: Alunos atendidos na Educação Especial	Alunos	100	E.M. Ilha do Saber
Escola Educação Especial Manutenção e revitalização da educação especial de	Escola	1	E.M. Ilha do Saber
SUBFUNÇÃO: 366 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Implantação de espaços alternativos de aprendizagem p/ jovens e adultos	Estrutura Municipal	300 alunos	Escolas Municipais/ Educação 3º período

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
108

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

Objetivos

Promover atividades artísticas e culturais para proporcionar aos munícipes oportunidades de adquirir conhecimento cultural, melhorando a qualidade de vida de todos; gerar renda através do artesanato, apoiando e incentivando a produção e a comercialização, contribuindo para o seu desenvolvimento como atrativo turístico; oferecer aos artistas e população em geral, espaços culturais adequados para as atividades; contribuir na formação das crianças oferecendo atividades culturais como: dança música, literatura, teatro, pintura; preservar a memória cultural através da implantação do Museu Histórico Municipal. Nesta função será executado, pelas Unidades Orçamentárias, o seguinte Programa de Trabalho - Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 20 – Programas Culturais – 22 Atividades Culturais.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA compreendendo: Promover eventos culturais como: Shows, gincanas, Concursos e festivais.	Atividade	10	Eventos
Apoio às atividades artísticas e culturais desenvolvidas no Município	Atividade	10	Apoio
Estabelecer Convênios	Convênios	2	Parcerias

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

Objetivos

Planejar e apoiar o ordenamento urbano; conservar e proceder a melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; proceder à análise de projetos arquitetônicos, expedirem alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações; expedir certificados de conclusão de obras; executar os serviços de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais e celulares, pontes e dragagem de rios e córregos; em conjunto com a SANEPAR, apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e a rede de coleta e tratamento de esgoto. Nesta função serão executados, pelas Unidades Orçamentárias, os seguintes Programas de Trabalho: 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 33 Pavimentação de Vias e Logradouros Públicos- 34 Infra-estrutura de Transportes- 35 Limpeza Pública. Coleta e Remoção de Lixo- 36 Iluminação Pública- 04 Ampliação do Patrimônio Público.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO compreendendo: Organização do programa de desenvolvimento urbano e implantação de normas de urbanismo previstas no Plano Diretor e/ou necessárias ao ordenamento da cidade.	Projeto/Balneários/ Plano Diretor	01/45 Balneários	Desenvolvi Mento e Urbanização/Re gulamentação
Firmar convênios com diferentes esferas para viabilização de planos	Convênios	20	Parcerias
Implantação do sistema de geoprocessamento	Sistema	1	Geoprocessa-mento/ Cadastro
Recadastramento técnico imobiliário	Programa/Balneários/ Bairros	39.500	Recadastra-mento
Firmar convênio com INCRA para cadastro e regularização de áreas.	Convênio	1	Regularização
Expedição de alvarás de construção	Atividade	População	Alvarás
Determinação do cumprimento do Código de Postura e do Código de	Fiscal	População	Fiscalização

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
110

Obras do Município			
Elaboração assinatura e acompanhamento de projetos padrões implantados pelo Município decorrentes de incentivos de políticas de desenvolvimento social	Atividade	População	Apoio
Expedir alvarás e licenças	Atividade/ serviço	População	Legalidade Serviços
Realizar fiscalização em obras	Serviço	Balneários	Fiscalização Serviços
Apoio à ampliação da rede de água	Atividade	Balneários	Ampliação sistema abastecimento
Apoio implantação da rede de esgoto	Atividade	Balneários	Saneamento
Firmar Convênios	Parcerias	10	Convênios Estado/União ONGs/OCIPs/ Associações
Implantação de Centro de Documentação Técnica	Projeto	1	Cadastro
SUBFUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS			
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação, de recapeamento e de construção de ciclovias.	Projeto/Balneários	40 Balneários	Pavimentação
Elaboração de projeto para remodelação do calçamento com nova pavimentação e ajardinamento.	Projeto/Balneários	38 em 2008	Calçamento Monções, Iracema, Beltrami, Jardim Canadá, Santa Mônica, Recanto do Uirapuru, Praia de Leste, Guarujá, Cond. e Residências, Vila Jacarandá, Lãs Vegas, Miramar I e II, Mirassol, São Carlos I e II, Irapuan, Patrik II, São José, Luciane, Praia Bela, Majoraine,

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

			Miami, Ipê, Praia das Canoas, Atlântica, Itapoá, Primavera, Porto Fino, Ipanema I e II, Leblon, Andaraí, Grajaú, Carmery, Sangri-lá, I e II, Chácara Dois Rios, Marisa, Atami, Marines e Pontal do Sul
Projeto de urbanização e paisagismo na Orla (Postos de guarda-vidas, iluminação, banheiros, quiosques, mercados de peixe, arborização, estacionamento).	Projeto/Balneários	10/20	Paisagismo/ Urbanização Praia de Leste Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Grajaú, Shangri-lá, Marines e Pontal do Sul- Marissol, Gleba Guaraguaçu, Jardim Canadá, Santa Mônica, Guarujá, Jacarandá, Ipanema IV (Moitinha), Colônia Pereira, Leblon, Shangrilá I e II, Canoas
Estudo para viabilização de implantação de píer e elaboração de projeto.	Projeto	2 – Porto	Píer apoio ao pescador
Elaborações de projeto para instalação de Viveiro Municipal	Projeto	2	Viveiro Municipal p/ distribuição mudas
Elaboração de Projeto para colocação de lixeiras nas principais áreas urbanas	Projeto	500	Lixeiras ao longo do

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
112

Elaboração de projeto de sinalização viária	Estudo/Balneários	45	Município Sinalização
Projeto de Identificação de ruas, praças, e logradouros.	Projeto/Balneários	45	Cadastro
Fiscalização da circulação viária, sinalização de trânsito e transporte coletivo urbano	Estudo/Balneários	45	Fiscalização
Desapropriação de áreas para viabilização de planos e projetos	Projeto	20	Desapropriação-Gleba Guaraguaçu, Jardim Canadá, Santa Mônica, Guarujá, Jacarandá, Ipanema I II e III (Moitinha), Colônia Pereira, Leblon, Shangrilá I e II, Grajaú, Pontal do Sul,
Fiscalização urbana	Atividade/Balneários	45	Fiscalização
Elaboração de Projetos de construção e ou ampliação de: Escolas, Cemitérios, Centros comunitários, Sedes para Terceira Idade, Casa de Artesanato, Centro de Eventos e outros.	Projeto/Atividade/ Execução	10 para 2008	Execução Praia de Leste, Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Shangri-lá, I e II, Marines e Pontal do Sul
Manutenção e supervisão das instalações prediais públicas.	Atividade/Balneários	45	Fiscalização/ Acompanhamento/Código Tributário/ Posturas
Elaboração de projetos de criação de áreas de recreação e laser, parques e praças	Projeto	10	Laser Praia de Leste, Canoas, Atlântica, Itapoá, Porto Fino, Ipanema I II e III, Shangri-lá, I e II, Marines e Pontal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 113

Execução. Supervisão e acompanhamento de serviços de limpeza de ruas, praças e terrenos baldios.	Atividade	População	Serviços
Execução. Supervisão e acompanhamento de serviços de limpeza de valetas e canais	Atividade	População	Serviços
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE LIMPEZA PÚBLICA compreendendo: Execução dos serviços de coleta de lixo	Serviço/ Balneários	45	Coleta Lixo
Coletar lixo residencial	Atividade	Balneários	Coleta lixo Serviço
Coletar e beneficiar lixo que não é lixo	Programa	Balneários	Reciclagem
Manutenção do aterro sanitário	Atividade/Unidade	1	Manutenção
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA compreendendo: Acompanhamento dos Trabalhos de Instalação de equipamentos de Iluminação Pública	Serviço/Balneários	45	Iluminação Pública
Executar serviço de iluminação pública.	Atividade	Balneários	Iluminação Pública
Execução de serviços de ampliação, conservação, readequação e manutenção da rede de iluminação pública	Atividade/Balneários	45	Readequação Iluminação Pública
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS compreendendo: Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação asfáltica CBUQ e recapeamento	Atividade/Balneários	20	Pavimentação Asfáltica
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação com bloquete (metas globais)	m^2	2008 - 2.000	Pavimentação Bloquete
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pavimentação, recapeamento em bica corrida (40 ruas)	m^2	2008 - 10.000	Bica Corrida manutenção/ aplicação
Elaboração de Projeto para Implantação Portal de Entrada no Município	Projeto	1	Portal - Praia de Leste
Elaboração e acompanhamento da execução dos projetos para implantação de ciclovia	Atividade/Balneários	20	Ciclovia/ convênio/ Projeto
Identificação de ruas, praças e logradouros.	Placa	200	Identificação Ruas
Implantação de estacionamento de	Estacionamento	1	Estacionamento

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
114

ônibus de turismo			Turístico Pontal do Sul
Executar a sinalização viária.	Placas de Sinalização	50	Sinalização
Complementação de sede própria para os setores da administração pública	m²	400	Patrimonial/ estrutura adequada
Execução da urbanização e revitalização da orla.	Km	4 Balneários 4 KM	Urbanização Orla Praia de Leste, Ipanema, Shangri-lá e Jardim Marinês
Construção de ciclovias.	m²	7.000	Ciclovia Execução Orla / Guaraguaçu
Construção e conservação de viaduto, pontes, pontilhões e passarelas.	Atividade/ Conservação	10	Conservação/ manutenção
Abertura e manutenção de ruas.	Atividade	10	Balneários/ Manutenção instalação Vila São Pedro, Olho D'água, Ponta do Poço, Mangue Seco, Shangri-lá, Itatiaia, Ipanema
Construção de módulos sanitários e fossas sépticas em áreas onde não existe rede de esgoto sanitário	Módulos Sanitários Fossas Sépticas	5 Balneários	Fossas Sépticas Praia de Leste, Atlântica Ipanema, Shangri-lá e Jardim Marines
Abertura, readequação e conservação de estradas rurais	Km	2	Abertura/ manutenção
Pavimentação da malha central e periférica	m²	8.000	Pavimentação 10 Balneários
Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos para os serviços de infra-estrutura	Caminhão Retro escavadeira Roçadeira	1 1 1	Patrimonial
Aquisição de veículos leves	Veículos	1	Patrimonial
Conservar praças	Atividade	Balneários	Conservação
Executar dragagem em rios e córregos	Atividade	Balneários	Dragagem/ prevenção
Plantar árvores em logradouros públicos	Mudas	30	Urbanização
Revitalização do calçamento	m²	500	Calçadões Santa Terezinha e Ipanema

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
115

Operacionalizar cemitérios municipais	Atividade	2	Operacional

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
116

FUNÇÃO: 16 – HABITAÇÃO

Objetivos

Estabelecer a Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, definindo os programas e projetos voltados para população carente, aos ocupantes de imóveis públicos e de loteamentos irregulares, propondo a alocação de recursos financeiros, viabilizando a documentação necessária perante os Cartórios de Tabelionatos, Registros de imóveis e demais órgãos, bem como, orientando e acompanhando a execução de projetos de arquitetura, engenharia civil e topográfica. Nesta função será o seguinte o Programa de Trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02 Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 32- Acesso Social ao Direito a Moradia Popular.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUB-FUNÇÃO: 482 – HABITAÇÃO URBANA			
Regularização Loteamentos	Loteamentos	05	Regularização Marissol, Guarapari, Mangue Seco, Vila Nova
Regularização de áreas públicas	Quadras	21	Regularização Balneários Shangri-lá (05), Canoas (02), Pontal do Sul (10), Mirassol (04)
Concessão de Uso Especial para fins de moradia	Lotes	15	Regularização para concessão
Desapropriação de áreas para fins de moradia popular	m²	12.500	Desapropriação

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
117

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

Objetivos

Implantar a coleta de lixo reciclável, visando à redução da quantidade de lixo depositada no aterro sanitário e conseqüente proteção dos recursos naturais; intensificar a fiscalização ambiental e coibir agressões ao meio ambiente; implantação de quiosques para informações turísticas e ambientais. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral- 37 Proteção ao Meio Ambiente.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS NATURAIS compreendendo: Aquisição de trator c/ caçamba, p/ introdução da coleta de lixo seletiva.	Veículo	1	Patrimonial Coleta Lixo seletiva
Instalação de lixeiras.	Lixeiras	50	Lixeiras seletivas
Confecção de placas e painéis institucionais.	Placas e painéis	3	Identificação SMMA Pontal do Sul/Guaraguaçu
Confecção de material p/ divulgação da Educação Ambiental.	Folders	1.500	Informativa
Implantação de quiosques p/ informações turísticas e ambientais.	Quiosque	1	Informativa Rod PR 407
Instalação de Central de Luto.	m²	100 Cemitério Municipal	População/ Estrutura adequada
Instalação de Central de Fiscalização Ambiental.	Projeto	1	Fiscalização ambiental
Confecção de cartilhas institucionais de educação ambiental.	Exemplar	300	Educação ambiental
Confecção de placas institucionais para as unidades de preservação ecológica, bosques,	Placa	15	Informação Pontal do Sul, Guaraguaçu, Praia

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
718

parques, etc...			de Leste, Sta Terezinha, Ipanema
Regularização dos Cemitérios Municipais	Regularização	1	Regularização
Projeto e implantação de Preservação Ambiental na orla Marítima- Áreas de Restinga	Decks, Passeios e áreas degradadas m^2	500	Preservação áreas de restinga na orla
Promover programa de extermínio de caracóis gigantes	Programa	20.000	Serviço/ controle

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 779

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA E PESCA

Objetivos

Dar continuidade e firmar novos Convênios de Cooperação Técnica, para apoio as atividades desenvolvidas pelos agricultores e pescadores, visando aprimorar as ações de extensão rural e desenvolvimento pesqueiro no Município. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: **PROGRAMA:** Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral - 38 Apoio a Produção Vegetal e Animal.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 606 – EXTENSÃO RURAL			
INCENTIVO A AGRICULTURA E PESCA			
Firmar convênio nas diferentes esferas governamentais, e não governamentais, com entidades ligadas a pesquisa, extensão rural e desenvolvimento da pesca.	Convênio	2	ONGs/ OCPs/ Associações
Fomentar o aumento da renda familiar e melhoria da qualidade de vida da população.	Ações	População	Serviços Acompanhamento
Desenvolver projetos voltados ao incremento da produção orgânica e maior agregação de valores aos produtos rurais e à atividade pesqueira.	Projeto	6	Serviços Acompanhamento
Estimulo à instalação de agroindústrias no município.	Projeto	1	Incentivo/apoio

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
720

FUNÇÃO: 22 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivos

Prioritizar as ações de desenvolvimento e expansão industrial no Município, visando o incremento na geração de empregos e distribuição de renda, possibilitando aos cidadãos melhorar a qualidade de vida e a participação social e política. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 21 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo- 25 Fomento as Atividades Comerciais.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008 Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO compreendendo: Definir área específica para implantação de indústrias no Município	Zoneamento	1	Implantação
Implantação de programas atrativos para instalação de novas indústrias	Programa	1	Programa
Apoio as iniciativas do comércio e a realização de feiras e exposições	Evento	2	Feiras
Realização de diagnóstico do potencial industrial existente no Município	Programa	1	Programa
Estimular a realização de cursos capacitação profissionalizante e de conferências ou palestras sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento da Indústria e Comércio.	Curso	3	Capacitação
Estudo para implantação de comércio ao longo da orla marítima junto aos órgãos competentes	Estudo	1	Diagnóstico
Implantação de pontos comerciais ao longo da orla através de parcerias público/privada	Implantação	30	Parcerias

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
121

FUNÇÃO: 23 – TURISMO

Objetivos

Desenvolver atividades turísticas que proporcionem aos munícipes oportunidades de desenvolvimento pessoal e melhoria da qualidade de vida; explorar o eco-turismo de maneira consciente; ampliar o terminal de embarque p/ a Ilha do Mel dotando-o de estrutura adequada e atendimento à demanda; buscar a qualidade total na área turística com a organização de eventos que projetem o Município no cenário turístico estadual; orientar a urbanização da orla sob o enfoque do desenvolvimento turístico e comercial da região. Nesta função será o seguinte programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 21 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Produtos/Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 695 – TURISMO			
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS			
Confecção de material gráfico Institucional p/ divulgação do Município (Folders, flyers e cartazes)	Material	5.000	Divulgação
Organização e apoio a eventos p/ a promoção do Município (Locação de tendas, barracas, sonorização, iluminação, sanitários químicos)	Logística	6	Festival Caranguejo Festival Frutos do Mar Camacho Festa do Pião Festa São José Festa do Trabalhador
Contratação de shows e atrações musicais	Evento	6	Festival Caranguejo Festival Frutos do Mar Camacho Festa do Pião

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
122

			Festa São José Festa do Trabalhador
Postos de Informações	Posto m²	150	Praia de Leste
Cursos de capacitação de	Curso	5	Capacitação
"Estrada Ecológica	Atrativo Turístico	1	Projeto Turístico
melhorias e implantar e visitação no antigo p/ a Ilha do Mel	Atrativo Turístico	1	Terminal de Embarque
campanhas de junto aos comércios	Campanha	6	Serviço/ Treinamento
implantação de sistema de qualidade do produto	Campanha	6	Serviço
política de incentivo ao	Projeto	6	Incentivo
	Convênios	2	Parcerias

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ 123

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

Objetivos

Reformular a política municipal em relação ao esporte e lazer; elaborar o calendário esportivo municipal, participar em eventos esportivos estaduais e regionais; incentivar a prática esportiva; prestar assessoria na realização de eventos esportivos ministrados por terceiros; revitalizar as praças esportivas; aquisição de equipamentos necessários para o pleno funcionamento do departamento. Nesta função será o seguinte o programa de trabalho a ser executado pela unidade orçamentária: Programa 02- Apoio Administrativo e Manutenção Geral Programa 23 Manutenção e Incentivo a Pratica Desportiva- 24 Manutenção e Revitalização das Atividades de Lazer.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 812 – Desporto Comunitário			
ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE compreendendo: Aquisição de material esportivo(uniformes, bolas, redes, troféus)	Material	100	Operacional/realização atividades esportivas
Revitalização e manutenção de praças esportivas e campos de areia	Atividade	1	Revitalização áreas de esporte
Capacitação de funcionários	Pessoal	2	Capacitação
Apoio nas ações culturais esportivas e de turismo	Evento	6	Apoio Jogos/ Eventos
Apoio p/ Federações de Bodyboarding, surf, natação, basquete, beach soccer, artes marciais e outras através de convênios.	Evento/Convênios	5	Convênios/ Parcerias

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
124

FUNÇÃO: 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivos

Promover o pagamento da dívida fundada, honrando os pagamentos de juros e dos encargos referentes, procurando sempre atingir os resultados previstos para pagamento das operações especiais. Programas 03 Amortização de Encargos da Divida Fundada Interna- 15 Indenizações e Restituições.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2008	
		Mensuração	
		Quantidade	Meta
SUBFUNÇÃO: 846 – Outros Encargos Especiais			
JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA compreendendo: Pagamentos de juros, amortizações e controle da dívida fundada.	Serviço	1	Cumprimento legal
Restituições	Restituições	1	Atendimento a notificações

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
125

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Exercício 2007 / LDO 2008

ANEXO II - METAS FISCAIS
Art. 4º, § 1º da LC 101/00

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	METAS ANUAIS					
	2008		2009		2010	
	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
RECEITA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
RECEITAS PRIMÁRIAS	27.602,50	25.207,76	30.224,74	25.208,29	33.096,09	25.208,38
DESPESA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
DESPESAS PRIMÁRIAS	27.160,50	24.804,11	29.740,75	24.804,63	32.566,12	24.804,72
RESULTADO PRIMÁRIO	442,00	403,65	483,99	403,66	529,97	403,66
RESULTADO NOMINAL	(4.200,00)	(3.835,62)	(4.599,00)	(3.835,70)	(5.035,91)	(3.835,71)
DÍV. PÚBL. CONSOLIDADA	4.664,70	4.260,00	5.107,85	4.260,09	5.593,09	4.260,11
DÍV. CONSOL. LÍQUIDA	(6.632,15)	(6.056,76)	(7.262,21)	(6.056,89)	(7.952,12)	(6.056,91)

CENÁRIO MACROECONÔMICO	2008	(*)2009	(*)2010
INFLAÇÃO (variação)	4,50%	4,50%	4,50%
PIB (crescimento)	5,00%	5,00%	5,00%
TOTAL	**9,50%**	**9,50%**	**9,50%**

Fonte: PLDO/2008 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(*) Estimado

Os valores representados na coluna CORRENTE, estão projetados prevendo-se o panorama demonstrado no quadro acima.
Os valores representados na coluna CONSTANTE, estão deflacionados em 9,50 / 9,50 e 9,50% respectivamente.

Exercício de 2008 = 28.360,50 / 1,095
Exercício de 2009 = 31.054,75 / 1,1990 (1,095 X 1,095)
Exercício de 2010 = 34.004,95 / 1,3129 (1,095 X 1,095 X 1,095)

As metas de receita total consideram as Deduções p/ Formação do FUNDEB
As metas de despesa total consideram a Reserva de Contingência
O resultado primário é representado pela relação RECEITA PRIMÁRIA - DESPESA PRIMÁRIA
O resultado nominal corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida de um exercício - saldo da dívida fiscal líquida do exercício anterior.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
121

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Exercício 2007 / LDO 2008 **Art. 4º, § 2º, I da LC 101/00** **R$ 1.000,00**

DISCRIMINAÇÃO	METAS PREVISTAS	METAS REALIZADAS	VARIAÇÃO	
	2006	2006	VALOR	%
RECEITA TOTAL	23.997,82	27.250,82	3.253,01	113,56
RECEITA PRIMÁRIA	23.742,67	26.611,26	2.868,59	112,08
DESPESA TOTAL	23.251,62	23.190,72	(60,89)	99,74
DESPESA PRIMÁRIA	22.550,12	22.276,13	(273,98)	98,79
RESULTADO PRIMÁRIO	1.192,55	4.335,12	3.142,57	363,52
RESULTADO NOMINAL	(468,14)	(3.840,01)	(3.371,87)	820,28
DÍV .PÚBL. CONSOLIDADA	6.283,05	5.126,54	(1.156,51)	81,59
DÍV. CONS. LÍQUIDA	4.162,71	(5.597,74)	(9.760,46)	(134,47)

Fonte: Sistema Cetil de Informática

Comentários:

RECEITA TOTAL : Superou a meta prevista apresentando incremento substancial nas receitas patrimoniais e transferências correntes, apesar de não atingir o fixado em termos de receita tributária, fruto da inadimplência dos contribuintes e da baixa arrecadação de taxas municipais.

DESPESA TOTAL: O item apresentou economia e consequentemente superávit orçamentário no encerramento do exercício.

RESULTADO PRIMÁRIO: Apresentou excelente resultado, com capacidade para o pagamento de Restos a Pagar e demais dívidas inscritas.

RESULTADO NOMINAL: O resultado apresentado reflete o aumento do Ativo Disponível e a diminuição dos Passivos reconhecidos.

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA: Houve redução em relação as metas fixadas para 2006.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA: Obtem-se através do montante da Div. Públ. Consolidada menos o Ativo Disponível, Haveres Financeiros e Restos a Pagar Processados.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
124

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II - METAS FISCAIS
Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 1º da LC 101/00**

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	METAS ANUAIS					
	2008		2009		2010	
	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
RECEITA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
RECEITAS PRIMÁRIAS	27.602,50	25.207,76	30.224,74	25.208,29	33.096,09	25.208,38
DESPESA TOTAL	28.360,50	25.900,00	31.054,75	25.900,54	34.004,95	25.900,64
DESPESAS PRIMÁRIAS	27.160,50	24.804,11	29.740,75	24.804,63	32.566,12	24.804,72
RESULTADO PRIMÁRIO	442,00	403,65	483,99	403,66	529,97	403,66
RESULTADO NOMINAL	(4.200,00)	(3.835,62)	(4.599,00)	(3.835,70)	(5.035,91)	(3.835,71)
DÍV. PÚBL. CONSOLIDADA	4.664,70	4.260,00	5.107,85	4.260,09	5.593,09	4.260,11
DÍV. CONSOL. LÍQUIDA	(6.632,15)	(6.056,76)	(7.262,21)	(6.056,89)	(7.952,12)	(6.056,91)

CENÁRIO MACROECONÔMICO	2008	(*)2009	(*)2010
INFLAÇÃO (variação)	4,50%	4,50%	4,50%
PIB (crescimento)	5,00%	5,00%	5,00%
TOTAL	**9,50%**	**9,50%**	**9,50%**

Fonte: PLDO/2008 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(*) Estimado

Os valores representados na coluna CORRENTE, estão projetados prevendo-se o panorama demonstrado no quadro acima.
Os valores representados na coluna CONSTANTE, estão deflacionados em 9,50 / 9,50 e 9,50% respectivamente.

Exercício de 2008 = 28.360,50 / 1,095
Exercício de 2009 = 31.054,75 / 1,1990 (1,095 X 1,095)
Exercício de 2010 = 34.004,95 / 1,3129 (1,095 X 1,095 X 1,095)

As metas de receita total consideram as Deduções p/ Formação do FUNDEB
As metas de despesa total consideram a Reserva de Contingência
O resultado primário é representado pela relação RECEITA PRIMÁRIA - DESPESA PRIMÁRIA
O resultado nominal corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida de um exercício - saldo da dívida fiscal líquida do exercício anterior.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
128

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

RECEITA TRIBUTÁRIA R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	7.300,02	-
2005	8.338,98	14,23
2006	11.285,33	35,33
2007(*)	10.070,00	-12,07
2008(*)	12.074,18	19,90
2009(*)	13.221,23	9,50
2010(*)	14.477,25	9,50

(*) Valores Estimados

A busca de arrecadação continuará seguindo uma política de fiscalização e austeridade que vise sempre o incremento de valores sobretudo entre as taxas municipais.
O término de atividades da empresa TECHINT, reflete em queda significativa do ISS no exercício corente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	4.338,46	-
2005	6.172,75	42,28
2006	6.822,55	10,53
2007(*)	7.536,94	10,47
2008(*)	8.252,95	9,50
2009(*)	9.036,98	9,50
2010(*)	9.895,49	9,50

(*) Valores Estimados

A expectativa de arrecadação dessa receita tem se mantido crescente ao longo dos anos, de maneira geral essa evolução tem se mantido positiva em virtude das medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, adotadas pelo Governo Federal.
O crescimento vegetativo da população de Pontal do Paraná deverá manter-se em níveis superiores a 10%. Uma boa expectativa é o censo populacional do IBGE que está ocorrendo e virá a fixar novos parametros de participação para o Município a partir de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	506,10	-
2005	504,89	-0,02
2006	795,36	57,53
2007(*)	753,34	-9,47
2008(*)	824,91	9,50
2009(*)	903,27	9,50
2010(*)	989,08	9,50

(*) Valores Estimados

Para 2008 projeta-se um crescimento em torno de 10%, que tende a sofrer acréscimo em virtude do novo censo demográfico do IBGE.
Novos cálculos deverão ser efetuados na elaboração da LOA 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
129

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO ICMS R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	763,41	-
2005	853,26	11,77
2006	914,58	7,19
2007(*)	925,75	1,22
2008(*)	1.013,70	9,50
2009(*)	1.110,00	9,50
2010(*)	1.215,45	9,50

(*) Valores Estimados

Analisando-se o histórico de arrecadação de tal receita, verificamos o crescimento anual deste item sempre acima dos índices inflacionários, o que retrata bem o incremento de arrecadação por parte do Governo Estadual, apesar das isenções concedidas.

O comportamento da receita deve apresentar crescimento constante, resultando em bons índices de transferências de recursos para o município. A fiscalização municipal deverá efetuar um trabalho de conferência das declarações físico-contábeis junto aos escritórios de contabilidade locais, no intuito de verificar as documentações e coibir a evasão de receita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	18,92	-
2005	26,08	37,84
2006	29,42	12,81
2007(*)	29,65	0,07
2008(*)	32,47	9,50
2009(*)	35,55	9,50
2010(*)	38,93	9,50

(*) Valores Estimados

As transferências em 2005 apresentaram uma significante elevação de valores, a previsão para o corrente exercício estima a receita em níveis bem mais modestos. Acredita-se que a tendência, a partir de 2008, seja de equilíbrio em relação aos índices inflacionários previstos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

ICMS DESONERAÇÃO LC Nº 87/96 R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	32,74	-
2005	30,38	-0,77
2006	18,93	-60,49
2007(*)	21,64	14,32
2008(*)	22,61	4,50
2009(*)	23,63	4,50
2010(*)	24,69	4,50

(*) Valores Estimados

Observamos a crescente diminuição de repasse dos valores, a tendência é que se mantenha em níveis abaixo das metas inflacionárias no decorrer dos anos, é muito provável que não tenhamos a arrecadação estimada em 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
130

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

COTA-PARTE DO IPVA R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	68,51	-
2005	98,58	41,79
2006	124,03	26,02
2007(*)	113,52	-8,51
2008(*)	124,33	9,50
2009(*)	136,50	9,50
2010(*)	149,48	9,50

(*) Valores Estimados

A transferência de veículos para o município é responsável pela significativa arrecadação verificada em 2005 e 2006.

Tal transferência deve se estabilizar no decorrer dos anos, de acordo com a expectativa de variação da inflação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2004	1.754,13	-
2005	1.849,22	5,48
2006	2.075,93	12,21
2007(*)	2.217,03	6,83
2008(*)	2.511,04	13,26
2009(*)	2.762,14	10,00
2010(*)	3.038,35	10,00

(*) Valores Estimados

Conforme estimativas da Secretaria Municipal de Educação, o crescimento anual de matrículas deve variar em 10%, com expectativas de expansão nos anos seguintes.

Devemos salientar que a alteração do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental para o Fundo de Valorização do Ensino Básico - FUNDEB possibilitará um maior valor de repasse para o Ensino Municipal e definirá novas diretrizes para a educação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
131

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO [illegible] DESPESA
Exercício 2007 / LDO [illegible] 2º, da LC 101/00

R$ 1.000,00

PROGRAMA	2009	2010
0001-Processo Legislativo		
0002-Apoio Adm. e Manut.	570,74	624,96
0003-Amort. e Encargos da	12.082,41	13.209,69
0004-Ampliação de Patrim.	1.314,00	1.438,83
0005-Supervisão e Coord.	359,71	393,88
0008-Publ Of e Divulg Inter	191,84	210,07
0009-Serv de Utilidade Pú	267,92	293,05
0010-PASEP	326,61	357,64
0011-Def.da Popul.em Cas	235,81	257,99
0012-Planejamento Municip	23,98	26,26
0013-Def.dos Interes. do M	111,51	122,10
0014-Encargos com Precat	217,02	237,64
0015-Indeniz. e Restituições	239,61	262,59
0016-Atend. Cças e Adoles	59,95	65,65
0017-Ações de Enfrent.a P	71,94	78,78
0018-Orient.e Capacit.Profis	95,92	105,03
0019-Prot.e Assist Cça e Ad	47,96	52,52
0020-Prot.as Pessoas c/ De	330,61	362,24
0021-Apoio ao Desenv. Es	13,31	14,57
0022-Atividades Culturais	135,49	148,36
0023-Man.e Incentivo Prát.E	51,55	56,46
0024-Man.e Revit das Ati	95,92	105,03
0025-Fomento as Ativ. Com	23,98	26,26
0027-Transporte Escolar	23,98	26,26
0028-Man.e Revit dos Es	150,93	165,16
0029-Man.e Revit da Educ	3.447,14	3.774,62
0030-Man.e Revit. da Merc	1.296,62	1.419,80
0031-Man.e Revit Mercado	4,13	4,56
0032-Acesso a Moradia Pó	90,89	99,52
0033-Pavim.de Vias Urb.	125,91	137,86
0034-Infra-estrutura de Tra	590,76	646,88
0035-Limp.Públ. e Coleta	96,04	105,17
0036-Iluminação Pública	1.417,25	1.551,89
0037-Proteção ao Meio Amb	1.620,16	1.773,97
0038-Apoio a Prod. Agrop.	106,41	116,54
0039-Saude p/a Comunid.	33,57	36,76
0040-PSF-Prog.Saude da F	3.572,44	3.908,21
0041-Ações de Atenção a S	604,78	661,14
0042-Controle Sanitário	285,43	312,48
0043-Ctrl Epidemiológico de	90,34	98,90
0047-Destinação de Lixo H	44,23	48,42
0048-Ações Especializada	131,59	144,42
	148,63	162,80
0099-Reserva de Contingên		
TOTAL	329,00	360,00
	31.084,75	**34.004,95**

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
132

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.3 - META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Exercício 2007 / LDO 2008 — Art. 4º, § 2º, item II da LC 101/00

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
1.SALDO DÍVIDA CONSOLIDADA	4.664,70	5.107,85	5.593,09
(-) Disponibilidade Financeira	11.296,85	12.370,06	13.491,28
(=) Saldo Div. Consolidada Líquida	(6.632,15)	(7.262,21)	(7.952,19)
2.RESULTADO NOMINAL	(4.200,00)	(4.599,00)	(5.035,91)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.2.4 - META FISCAL DO MONTANTE DA DÍVIDA

Exercício 2007 / LDO 2008 — Art. 4º, § 2º, item II da LC 101/00

R$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
BANESTADO/ PR. URBANO Nº 2277	-	-	-
BANESTADO/ PR. URBANO Nº 2386/99	-	-	-
INSS MP 2129-8/DEBCAD 35.378.118-5	2.900,00	3.175,50	3.477,17
INSS nº 60.288.789-5 PARC. CONVENC.	990,70	1.084,82	1.187,87
PARC. COPEL cfe. Lei Mun. 435/03	774,00	847,53	928,05
TOTAL	4.664,70	5.107,85	5.593,09

Fonte: Sistema Cetil de Informática

As metas fiscais do montante da dívida fundada devem considerar o limite de endividamento autorizado na LDO, que não deve ultrapassar 120% da Receita Corrente Líquida, além do estoque da dívida projetada, os novos financiamentos e as amortizações programadas até 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
133

* MEMORIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL

R$ 1.000,00

EXERCÍCIO	VALOR NOMINAL	CRESC. %
2003(*)	11.290,50	-
2004(*)	17.603,31	55,88
2005(*)	20.103,51	9,65
2006(*)	23.306,12	15,93
2007(**)	26.025,00	11,68
2008(**)	28.497,50	9,50
2009(**)	31.205,75	9,50
2010(**)	34.171,56	9,50

(*) Realizado
(**) Estimado

A evolução das despesas com pessoal do exercício deve obedecer o fluxo de caixa, ser de caráter de duração permanente e resultado primário positivo.
A reserva de contingência no mínimo um percentual de 10% em relação ao montante das despesas correntes, a previsão de 1% justamente p/ produção de efeitos possíveis passivos contingentes.
As metas de resultado primário e nominal estabelecidas para os exercícios em questão, bem como o montante da dívida exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
134

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.3 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 2º, III da LC 101/00**

R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL	2004	2005	2006	%
Patrimônio/Capital	33.084,74	43.074,50	66.176,31	53,63
Reservas	2.663,24	4.863,92	51.640,93	1.061,71
Resultado Acumulado	-	-	-	-
TOTAL	35.747,98	47.938,42	117.817,24	245,77

Fonte: Sistema Cetil de Informática

Patrimônio/Capital: Valores Nominais do Patrimônio/Capital dos Órgãos da Adm. Direta.

Reservas: Parcelas do P.L. que não constituam aumento do P.L./Capital ou que se originem de acréscimos de valores de elementos do Ativo.

Resultado Acumulado: Saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos) líquidos das apropriações p/ reservas de lucros e dos dividendos distribuídos.

O Quadro demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos foi suprimido, em virtude da não realização de tais operações nos exercícios evidenciados por esse anexo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO II.4 - DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Exercício 2007 / LDO 2008 — **Art. 4º, § 2º, V da LC 101/00**

R$ 1.000,00

EVENTOS	2007	2008	EXPANSÃO
1. Despesas Obrig. Caráter Cont.-DOCC	11.934,89	13.725,12	15,00%
2. Receita Corrente Líquida	25.900,00	28.360,50	9,50%
3. Impacto das DOCC na RCL (1/2)	46,62%	48,49%	4,01%
4. Aumento de Receita Corrente	26.877,10	29.796,08	10,86%
5. Aumento de Despesa	25.628,80	28.060,50	9,50%

A expansão das DOCC decorrerá da revisão geral da remuneração dos servidores, prevista no Art. 37 X da Constituição federal, portanto não sujeita à compensação.
As DOCC representam as despesas de pessoal e encargos sociais da Prefeitura fixadas p/ 2007 e 2008.

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Não foram apresentadas ações relativas a estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme informações da Secretaria Municipal de Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
135

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO III - RISCOS FISCAIS

Exercício 2007 / LDO 2008

Art. 4º, § 3º, da LC 101/00

RISCOS FISCAIS	VALOR PREVISTO	PROVIDÊNCIAS
Pagamentos de precatórios trabalhistas ñ previstos na LOA	80.000,00	Abertura de Créd. Adicional a partir da Reserva de Contingência
Frustração na expectativa de arrecadação de tributos	700.000,00	Contenção orçamentária p/ adequação da despesa
Frustração na cobrança da dívida ativa municipal	300.000,00	Realização de execução fiscal e leilões de imóveis
Intempéries, epidemias e campanhas de saúde não previstas	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência
Fatos não previstos em execução de obras e serviços	100.000,00	Abertura de Créd. Adicional c/ cancelamento de outras dotações
Despesas não orçadas ou orçadas a menor na peça orçamentária	100.000,00	Abertura de Créd. Adicional c/ cancelamento de outras dotações
TOTAL	**1.480.000,00**	

Constituem-se em riscos fiscais: situações de emergência ocasionadas por calamidade pública, frustração de arrecadação de uma receita prevista, contestação judicial de tributo, crise cambial e financeira com impacto nos preços, falhas de planejamento na quantificação de necessidades.
Dentro dessas características devemos mensurar também os processos de ação trabalhista, indenizatórias, de desapropriação, expectativas de despesa por alteração da legislação vigente, extinção de tributos, entre outros.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
136

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANEXO IV - RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXEC. E DESPESAS C/ CONSERV. DO PATRIM. PUBL. EM 2007

Exercício 2007 / LDO 2008	Art. 45 da LC 101/00	R$ 1.000,00

PROJETOS/ATIVIDADES	INÍCIO	VALOR	EXECUÇÃO %		RECURSOS P/ 2008	ADITIVO DE
			ATÉ 2006	PREVISTO 2007	NOVOS PROJETOS	CONTRATO
Reforma e Ampliação do CEI Água Viva	2/1/2006	139,12	98,88	1,12	-	-
Reforma da Escola Benvinda Lopes de Miranda	3/1/2006	55,39	99,38	0,62	-	-
Reforma da Escola Amatuzzi de Pinho	4/1/2006	42,98	100,00	0	-	-
Reforma da Escola Josefa Crisanto	6/1/2006	19,99	100,00	0	-	-
Construção de Muro no CEI em Pontal do Sul	20/7/2006	47,40	98,90	1,10	-	-
Construção de Muro no CEI em Pontal do Sul	26/7/2006	36,83	95,50	4,5	-	-
Constr. do Centro de Atend. a Cça e Adolescente	31/7/2006	30,00	83,90	16,10	-	-
Regularização e Reforma de Vias Pavimentadas	16/8/2006	14,48	100,00	0,00	-	-
Ampliação da Escola Especial Ilha do Saber	29/8/2006	144,74	37,54	62,46	-	-
Reforma de Cobertura e Constr. de Calçadas	20/9/2006	22,28	95,09	4,91	-	-
Construção do Muro da Escola Primavera	25/9/2006	68,40	98,70	1,30	-	-
Ref. do Barracão nos Fdos da Esc. Expressão	4/10/2006	97,20	66,14	33,86	-	-
Construção do Centro de Capacitação de Professores	23/10/2006	147,87	57,38	42,62	-	-
Reforma da Ala Antiga da UBS de Shangri-lá	13/11/2006	138,92	13,85	86,15	-	-
Construção de Pista de Skate em Ipanema	14/11/2006	14,70	0,00	100,00	-	-
Pavimentação em Asfalto no Bairro Mangue Seco	15/12/2006	141,90	0,00	100,00	-	-
Reparos no Pavimento da Entrada dos Bombeiros	21/12/2006	26,40	0,00	100,00	-	-
Constr. de Barracão da Sede do Poder Executivo	21/12/2006	142,71	0,00	100,00	-	-
Construção da Unid. de Saúde do Guaraguaçu	22/12/2006	102,42	0,00	100,00	-	-
Construção dos Postos Salva Vidas no Município	11/12/2006	110,12	0,00	100,00	-	-
Construção de Muro nos Bombeiros (170 m2)	-	-	-	-	100,00	-
Constr. de Albergue de Passagem (100 m2)	-	-	-	-	60,00	-
Constr. da Sede do Conselho Tutelar (50 m2)	-	-	-	-	30,00	-
Construção de Unidades Escolares (2000 m2)	-	-	-	-	1.200,00	-

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

Palácio "Prof. Getúlio Serafim do Nascimento".

OFÍCIO N.° 268/2007

Pontal do Paraná, 02de julho de 2007

Ao Exmo. Sr.
Sebastião Torres
Diretor Legislativo

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
Camara Municipal
PROCESSO Nº 763 - 2007
ASSUNTO
Oficios
INTERESSADO
Vereador:Alexandre G.Pereira
LOCAL
Pontal do Paraná, 03/07/2007 15:30:17

Anexo encaminho a V. Exa. as matérias que constarão na convocação da sessão extraordinária dos dias 09 e 10 de julho de 2007:

*Processo Legislativo n°631/07 que encaminha mensagem n°29/07 Projeto de Lei 36/07 "Altera o art.9° e revoga o art.8°, inc.IV, da Lei Municipal n° 568, de 4 de janeiro de 2005"

*Processo Legislativo n°620/07 que encaminha mensagem n°25/07 Projeto de Lei50/07"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município de Pontal do Paraná para o exercício de 2008 e dá providências."

*Processo Legislativo n°676/07 que encaminha mensagem n°34/07 Projeto de Lei 51/07"Altera os art.334,335,338,339,340,341 e o Anexo XII,e revoga os arts. 340 – A,367,368,368,370,371,372,373,374,375,376,377,378,379,380,381,382,383,384,385 e o Anexo XIII da Lei Municipal n°080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal"

*Processo Legislativo n°675/07 que encaminha a mensagem n°36/07 Projeto de Lei 52/07 que "Regulamenta o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano e da nova redação ao art.233 da Lei Municipal n° 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal"

*Processo Legislativo n°674/07 que encaminha a mensagem n°37/07 Projeto de Lei 53/07"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR"

*Processo Legislativo n° 733/07 que encaminha a mensagem n°45/07 Projeto de Lei 54/07 "Autoriza o Poder Executivo a incluir programa, ação, objetivo e meta no Plano Plurianual – PPA 2006/2009 e em seu Anexo I."

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
138

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

*Processo Legislativo nº 734/07 que encaminha a mensagem nº46/07, Projeto de Lei 55/07 "Autoriza o Poder Executivo a incluir programa, ação, objetivo e meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2007 e em seu Anexo I"

*Processo Legislativo nº735/07 que encaminha a mensagem nº47/07 Projeto de Lei 56/07 "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R$62.700,00, e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município"

*Processo Legislativo nº 736/07 que encaminha a mensagem nº48/07. Projeto de Lei 57/07 "Autoriza o Poder Executivo a incluir programa, ação, objetivo e meta no Plano Plurianual – PPA 2006/2009 e em seu Anexo I.".

*Processo Legislativo nº 737/07 que encaminha a mensagem nº49/07, Projeto de Lei 58/07 "Autoriza o Poder Executivo a incluir programa, ação, objetivo e meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2007 e em seu Anexo I".

*Processo Legislativo nº738/07 que encaminha a mensagem nº50/07 , Projeto de Lei 59/07 "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R$27.691,80, e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município"

Processo Legislativo nº739/07 que encaminha a mensagem nº51/07, Projeto de Lei 60/07 "altera o art. 3º, caput e § 6º, da Lei Municipal nº 725, de 26 de Junho de 2007, e a ela acresce o art. 3º - A.".

Processo Legislativo nº740/07 que encaminha a mensagem nº52/07, Projeto de Lei 61/07 "Declara de utilidade pública a Associação de surf de Pontal do Paraná – ASPP".

Alexandre Guimarães Pereira
Presidente